

INSTITUTO MASTER DE ENSINO PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS

IMEPAC ARAGUARI

CPA - Comissão Própria de Avaliação

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

“CONHECER PARA MELHORAR”

Araguari, MG

(Aprovado pelo Comitê de Gestão – 13 de dezembro de 2017)

www.imepac.edu.br

Avenida Minas Gerais, 1.889 - Centro - Araguari, MG - (34) 3249-3900

INSTITUTO MASTER DE ENSINO PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS**Diretora Geral:** Divânia Araújo Freitas**Diretor Acadêmico-Pedagógico (Curso de Medicina):** Dr. Marcelo Cardoso de Assis**Diretor Acadêmico-Pedagógico (Outros Cursos):** Roberto Felix Iasbik**MEMBROS DA CPA – COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO:**

Membro da CPA	Nome	Cargo na CPA	Cargo Institucional/Ocupação
Representantes do corpo docente	Márcio Aurélio da Silva	Membro	Professor
	Marcos Paulo de Sousa	Vice Coordenador	Professor
Representantes do corpo discente	Lucas Vinícius de Souza	Membro	Discente (Curso de Direito)
	Vinícios Godoi de Paula	Membro	Discente (Curso de Medicina Veterinária)
Representantes do corpo técnico administrativo	Rejane Cristina Rubio Rodrigues da Cunha	Coordenadora	Técnico-Administrativo
	Jane Goulart Carrijo e Vaz	Membro	Técnico-Administrativo
Representantes da sociedade civil organizada	Roberto Pedroso	Membro	Juiz de Paz
	Sebastião dos Santos Totó	Membro	Presidente do CDL

Atualizado por meio da Resolução CG nº 01/2016, Ato DAP 10/2017, Ato DAP 14/2017 e Ato DG 01/2018.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	04
PARTE I - A INSTITUIÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	05
1. DADOS INSTITUCIONAIS	05
1.1 Caracterização Institucional	05
1.2 Localização	07
2 SÍNTESE DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI	09
2.1 Missão	09
2.2 Visão	09
2.3 Valores	09
2.4 Objetivos Gerais	10
2.5 Objetivos Específicos	10
2.6 Objetivos, Metas e Ações Institucionais	11
PARTE II - PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	22
1 A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	22
1.1 Pressupostos Teóricos	22
1.2 Objetivos	25
1.3 Dimensões	27
1.4 Fundamentos Legais	27
1.5 Metodologia	29
2 DIRETRIZES OPERACIONAIS DA AUTOAVALIAÇÃO	33
2.1 Etapas da avaliação	33
2.1.1 Etapa de preparação	33
2.1.2 Etapa de desenvolvimento	33
2.1.3 Etapa de consolidação do processo e programação de redirecionamento	34
3 DETALHAMENTO DA AVALIAÇÃO DAS DIMENSÕES	34
4 AVALIAÇÃO EXTERNA	49
5 UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS NAS AVALIAÇÕES	51
5.1 Divulgação dos relatórios	51
5.2 Reorientação das ações institucionais	52
5.3 Meta-avaliação	52
6 CONCLUSÃO	53
7 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DA AUTOAVALIAÇÃO – CICLO 2015/2017	54
8 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	56

APRESENTAÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos, no cumprimento seus objetivos e em contínua inquietação em favor da qualidade do ensino, pesquisa, extensão, gestão e planejamento, ainda, dos demais serviços dedicados à comunidade, registra neste projeto as informações e procedimentos para a Avaliação Institucional a ser desenvolvida em 2015, 2016 e 2017, tendo como norte as diretrizes, normas e recomendações contidas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Além disso, define um modelo de sistematização dos dados coletados. Este documento apresenta as linhas gerais de como o Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos realizará este ciclo de Autoavaliação Institucional, tendo como entendimento alicerçante que a avaliação é um instrumento de natureza democrática e participativa.

O Projeto está estruturado em duas partes. A primeira parte trata da Instituição e do seu Planejamento Estratégico; a segunda, do Programa de Avaliação Institucional. O Programa abrange itens como:

- Avaliação Institucional: história, pressupostos teóricos, objetivos, dimensões, fundamentos legais e metodologia;
- diretrizes operacionais da Autoavaliação - etapas;
- perspectivas da avaliação;
- detalhamento da avaliação das dimensões;
- avaliação externa;
- utilização dos resultados obtidos nas avaliações;
- cronograma;
- conclusão.

A CPA espera cumprir o cronograma estipulado e desenvolver seu Programa de Avaliação Institucional de forma que ele se torne um recurso estratégico de apoio à gestão e realmente contribua para a melhoria da Instituição, por meio da efetivação de sua missão e Plano de Desenvolvimento Institucional.

PARTE I - A INSTITUIÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

1 DADOS INSTITUCIONAIS

1.1 Caracterização da Instituição

O Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos, instituição de ensino superior privada que é mantida pelo Instituto de Administração e Gestão Educacional Ltda., pessoa jurídica de direito privado, entidade com fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Araguari – estado de Minas Gerais.

O Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos iniciou suas atividades, nesta cidade, no dia 24 de setembro de 2001, abrindo novas perspectivas para a educação e o desenvolvimento econômico e social do município e região. Hoje possui doze cursos em funcionamento: Administração, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharia de Produção, Farmácia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Pedagogia e Sistemas de Informação.

A instalação oficial da FUPAC em Araguari foi concretizada após acordo com a FUNEC - Fundação Educacional e Cultural de Araguari que mantinha uma Faculdade com os cursos de História, Letras, Matemática, Pedagogia e Geografia, desde 1968. A direção da FUNEC, tendo cumprido sua missão, sentiu necessidade de dar maior dimensão ao ensino superior em Araguari, mas encontrava algumas dificuldades, o que a fez decidir pela incorporação à FUPAC. A Faculdade, naquele momento, foi credenciada como Campus da Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC, instituição multicampi vinculada ao Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais.

Após o processo de incorporação, que durou cerca de um ano, iniciou-se um amplo processo de crescimento e afirmação da FUPAC em Araguari. A Instituição, tendo como base análises mercadológicas, iniciou seu processo de expansão em Araguari. A partir de 2002 foram sendo criados os demais cursos: Administração, Ciências Contábeis, Enfermagem, Normal Superior, Educação Física, Tecnologia de Gestão de Varejo, Nutrição, Comunicação Social, Tecnologia em Gestão do Agronegócio, Direito, Medicina, Tecnologia em Gestão Pública e, por fim, em 2008, foi criado o curso de Farmácia, todos supervisionados e regulados pelo Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais.

Em setembro de 2008, por força de decisão do Supremo Tribunal Federal que declarou inconstitucionais alguns artigos da Constituição do Estado de Minas Gerais, todas as IES's mantidas pela Fundação Presidente Antônio Carlos (além de outras fundações educacionais de Minas Gerais) passaram a integrar o Sistema Federal de Ensino. A partir de

2009, iniciaram-se os procedimentos para migração das IES's da FUPAC para o referido Sistema Federal.

Em 2011, a IES se constitui como Faculdade e recebe o nome de Faculdade Presidente Antônio Carlos de Araguari, mantida pela Fundação Presidente Antônio Carlos – FUPAC.

Em 2014, por meio da Portaria SERES 717/2014, o Instituto de Administração & Gestão Educacional Ltda. torna-se o mantenedor da Faculdade, que recebe novo nome, Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos – IMEPAC Araguari, da mesma forma mantendo seus propósitos de crescimento e continuidade, alicerçada nos preceitos de responsabilidade social e ambiental, aproximando-se cada vez mais da comunidade e promovendo a necessária aliança entre o ensino, a extensão e a investigação científica, contribuindo com o desenvolvimento social, cultural e econômico da cidade de Araguari e região.

A Faculdade continua mantendo vários projetos e atividades de extensão como as escolas de educação infantil, os atendimentos médicos em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e o SUS, a Central de Idiomas que oferece cursos de línguas com qualidade para a população de baixa renda, dentre tantos outros, que promovem esse estreitamento dos laços com a comunidade na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

A Mantenedora

O Instituto de Administração e Gestão Educacional Ltda., com sede e foro na cidade de Araguari/MG, na Avenida Minas Gerais, 2.060, Centro, CEP 38.440-042, CNPJ nº 11.010.877/0001-80, é uma empresa criada em 03/08/2009, constituída por instrumento particular de contrato social de sociedade empresarial limitada, devidamente registrada na JUCEMG sob o nº 31208533040 e tem como objeto da sociedade a educação, ensino, cultura e assistência social nos seus níveis e modalidades tendo em vista, principalmente, a administração, gestão, criação, instalação e manutenção de ensino superior e outros níveis escolares, de acordo com a legislação aplicada em cada caso, podendo ainda dedicar-se a outras atividades culturais e treinamentos de qualquer grau, pesquisa, extensão e assessorias educacionais e assistenciais, promoção de atividades comunitárias, atuando diretamente ou através de contratos e convênios com terceiros.

Desde sua criação, em 2009, o instituto vem mantendo parcerias e programas com a finalidade de estreitar seus laços com o ensino superior, buscando o conhecimento necessário para atuar com responsabilidade, compromisso e dentro do que estabelece a

legislação de ensino, promovendo assim uma educação dentro dos altos padrões de qualidade que se espera de uma instituição de ensino superior.

Em 2014, após a tramitação de processo de transferência de manutenção protocolado no sistema e-MEC sob o número 201408612, o Instituto de Administração & Gestão Educacional Ltda se credencia como mantenedora da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Araguari, que passa a se chamar Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos - IMEPAC, conforme Portaria SERES nº 717 de 27 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 28 de novembro de 2014 e Parecer nº 289/2014 – DIREG/SERES/MEC, selando de vez o seu compromisso com a qualidade do ensino superior em nosso país.

A MANTIDA

Documentos que fundamentam o funcionamento do Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos.

O Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos rege-se, em suas ações e atividades, pelos preceitos constitucionais, pela legislação e normas específicas da educação em âmbito nacional. Assim, são de fundamental importância como instrumentos legais e normativos para as suas atividades administrativas e acadêmicas as seguintes orientações legais:

- Normas do Conselho Nacional de Educação – CNE, do Ministério da Educação - MEC e toda a legislação pertinente;
- Regimento Geral da Instituição.

Estrutura Organizacional

- Órgãos Colegiados: Comitê de Gestão e Colegiado(s) de Curso
- Órgãos Administrativos: Diretorias

1.2 Localização

O Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos, como já se fez menção, localiza-se no Município de Araguari, na região do Triângulo Mineiro, Minas Gerais, na Avenida Minas Gerais, 1.889 - Centro.

Araguari está localizada a 558 km da capital mineira, na região do Triângulo Mineiro, de onde é a terceira maior cidade, contando com uma população de 109.801 habitantes

(IBGE, Censo 2010).

Presume a história, que Anhanguera foi o primeiro desbravador da região araguarina quando, no século XVIII, se retirou de Sabará e empreendeu a exploração do Oeste, em demanda de Goiás. Nos primórdios do século XIX, o então Comissário de Sesmarias na região do Triângulo Mineiro, Antônio de Rezende Costa, vulgo "Major do Córrego Fundo", demarcou as sesmarias do Serrote, hoje Fundão, Pedra Preta, atual Cunhas e outras. Tomou posse do terreno situado entre as sesmarias, doando-o a Igreja, como patrimônio da freguesia instalada sob a invocação do Senhor Bom Jesus da Cana Verde do Brejo Alegre.

Em 3 de abril de 1840 criou-se a Paróquia do Senhor Bom Jesus da Cana Verde e em torno da capela os fazendeiros das imediações fundaram um povoado, ao qual deram o nome de Arraial da Ventania.

Em 1882 deu-se a criação do Município e da Vila, com a denominação de Brejo Alegre, depois Araguari. Este nome, segundo se afirma, deve-se a existência, na localidade, de grande profusão de uma espécie de pássaro denominado "araguari".

A partir de 1896, com a inauguração da Estrada de Ferro Mogiana e, em 1910, a de Goiás, a vida do Município tomou novo incremento e a cidade não parou de crescer e se desenvolver, sendo referência a vários outros pequenos municípios do entorno.

Com a implantação das ferrovias na cidade, houve a especialização da mão-de-obra nas áreas de mecânica e metalurgia. Também se desenvolveram as indústrias de refrigeração, criando uma tradição na montagem de frigoríficos e câmaras frias. Depois foram se desenvolvendo a agroindústria, a agropecuária, o parque cerâmico, as indústrias têxteis, o comércio e o transporte que, atualmente, fazem de Araguari um dos principais municípios do estado.

Hoje Araguari é um grande entreposto comercial, situando-se entre os mais importantes municípios do triângulo, com um Produto Interno Bruto na ordem de 1.777.527, dividido entre a Agropecuária (271.422), a Indústria (830.168), Serviços (942.834) e Impostos sobre Produtos Líquidos de subsídios (168.111) (<http://www.ibge.gov.br/cidades>, Acesso em 03/06/2013) e um IDHM-Renda de 0,737 e IDHM-Educação de 0,894 (<http://www.pnud.org.br/atlas>, Acesso em 03/06/2013).

Seu parque industrial é diversificado, centralizando suas operações em indústrias metalúrgicas (caldeiraria, refrigeração e fundição) e agroindústrias (frigoríficos, sucos, esmagamento de grãos) e uma usina de álcool em fase de implantação, infraestrutura de transporte para diversos tipos de carga, bem como diversas empresas de armazenamento (grãos, cargas secas e refrigeradas), destacando-se, também, as indústrias de vestuário, que empregam cerca de 5000 pessoas. A diversificação da agropecuária com ênfase para o café, a soja, o tomate, hortaliças e frutas também sugerem investimentos lucrativos envolvendo

esses produtos, bem como a bovinocultura e suinocultura com alto padrão de qualidade.

O município vem recebendo grandes investimentos em função de seu potencial logístico, um deles é a VALE/FCA que está construindo um superterminal de transbordo de cargas (já em fase final), que será o maior da Vale na América Latina, aumentando em muito o poder de escoamento de produção. Araguari oferece, ao mesmo tempo, uma moderna infraestrutura que inclui telecomunicações, água, esgoto, campo de pouso e mercado em expansão.

A cidade conta com 69 estabelecimentos de saúde, sendo 44 privados e 25 públicos, conta, também, com 52 escolas de Educação Infantil, 48 Escolas de Ensino Fundamental, 17 de Ensino Médio e 1 de Ensino Superior. Tem 5048 alunos matriculados no Ensino Médio e 14.547 no Ensino Fundamental (www.ibge.gov.br/cidades. Acesso em 03/06/2013), o que demonstra a demanda existente para o pleno funcionamento da Faculdade no Município, contando também com vários pequenos municípios do entorno que têm, em Araguari, a oportunidade de cursar o Ensino Superior sem abandonar seus lares.

É, também, uma cidade comprometida com sua história e com seu patrimônio histórico e cultural, contando com um conselho do Patrimônio Histórico e com a Fundação Aragarina de Educação e Cultura. Vários prédios do município são tombados pela Divisão de Patrimônio Histórico, dentre eles o prédio onde funciona a Faculdade.

2. SÍNTESE DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI

2.1 Missão

Atuar como protagonista na sociedade, utilizando metodologias inovadoras e recursos tecnológicos avançados, objetivando preparar o cidadão para ser um profissional ético, comprometido com a universalidade da vida nos aspectos científico, humanístico, social, político, econômico, cultural e ambiental.

2.2 Visão

Ser uma instituição reconhecida pelos seus valores, consolidada no mercado, com contínuo aprimoramento profissional e integrada na sociedade.

2.3 Valores

- I. Respeito às leis e princípios éticos nas relações;
- II. Responsabilidade social, respeitando a diversidade, a inclusão e a sustentabilidade;
- III. Comprometimento com a formação integral do aluno e o mercado de trabalho;
- IV. Pautar pela inovação, eficiência e meritocracia nas relações institucionais.

2.4 Objetivos Gerais

Ser uma instituição integrada a sociedade, reconhecida por seus valores e por preparar o cidadão para ser um profissional ético, comprometido com a universalidade da vida nos aspectos científico, humanístico, social, político, econômico, cultural e ambiental.

2.5 Objetivos Específicos

- I. Realizar a Missão, alcançar a visão e cumprir os objetivos estabelecidos no PDI, respeitando os valores institucionais;
- II. Ofertar ensino de qualidade reconhecida, preparando o aluno para ser um profissional comprometido com a universalidade da vida nos aspectos científico, humanístico, social, político, econômico, cultural e ambiental;
- III. Ter a investigação científica como um dos pilares da instituição, propiciando ao aluno a ampliação de sua visão de mundo e o desenvolvimento do seu espírito investigativo;
- IV. Garantir a execução da Política de Extensão como meio de integração da instituição com a comunidade, promovendo ações e projetos com foco na universalidade da vida nos aspectos científico, humanístico, social, político, econômico, cultural e ambiental;
- V. Promover o ensino de pós-graduação lato sensu com qualidade;
- VI. Promover atitudes e comportamentos comprometidos com a universalidade da vida nos aspectos científico, humanístico, social, político, econômico, cultural e ambiental;
- VII. Garantir processos de comunicação internos e externos eficazes;
- VIII. Manter um corpo de colaboradores docente e técnico-administrativo capacitado, motivado e engajado na realização da missão, no alcance da visão e das metas institucionais;
- IX. Assegurar uma organização e gestão empreendedora, participativa e responsável, que propicie o alcance da visão, o desenvolvimento da missão e o respeito aos valores da instituição;
- X. Garantir infraestrutura física laboratorial, de biblioteca, tecnológica, salas de aula e administrativa que atenda às necessidades dos cursos ofertados nas modalidades presencial e EaD;
- XI. Garantir a efetividade da Avaliação institucional como instrumento de gestão;
- XII. Garantir que a comunidade acadêmica perceba a avaliação institucional como instrumento participativo no aperfeiçoamento da instituição;
- XIII. Prestar com qualidade o atendimento aos estudantes, contribuindo para seu ingresso, permanência e sucesso no Ensino Superior; e

XIV. Assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da instituição para honrar seus compromissos, propiciar seu pleno desenvolvimento e a excelência nos seus serviços.

2.6 Objetivos, Metas e Ações Institucionais

<p>Objetivo 1:</p> <p>Realizar a Missão, Alcançar a visão e cumprir os objetivos estabelecidos no PDI, reiterando os valores institucionais</p>
<p>Meta 1: Cumprir 100% dos objetivos e metas estabelecidas durante a vigência do PDI</p>
<p>I. Definir os líderes responsáveis pela execução de cada ação, bem como os setores/pessoas que irão colaborar;</p>
<p>II. Realizar eventos com o propósito de difusão do PDI para a comunidade acadêmica, promovendo o engajamento de todos no seu desenvolvimento;</p>
<p>III. Fazer a avaliação semestral das metas e ações, garantindo sua execução e aprimoramento contínuo;</p>
<p>IV. Realizar campanhas de divulgação da visão, missão e valores de forma a consolidá-los na comunidade interna e externa;</p>

<p>Objetivo 2:</p> <p>Ofertar ensino de qualidade reconhecida, preparando o aluno para ser um profissional comprometido com a universalidade da vida nos aspectos científico, humanístico, social, político, econômico, cultural e ambiental</p>
<p>Meta 1: Alcançar conceito 4 no ENADE, no CPC e no CC de todos os cursos</p>
<p>I. Manter professores com carga horária adequada, propiciando maior dedicação a instituição;</p>
<p>II. Utilizar os resultados da avaliação institucional como instrumento de gestão, a fim de identificar e buscar soluções para as possíveis fragilidades apontadas;</p>
<p>III. Manter e aperfeiçoar as ações do Núcleo de Inovação e Apoio Pedagógico (E-Labore), favorecendo o aprimoramento do processo ensino-aprendizagem na instituição;</p>
<p>IV. Fomentar o uso das metodologias ativas nos cursos;</p>
<p>V. Manter as campanhas de sensibilização dos alunos quanto a importância do ENADE;</p>
<p>VI. Manter e aprimorar a prova diagnóstica;</p>
<p>VII. Reformular e implementar novo regulamento para as atividades complementares, visando a ampliação da participação dos alunos em atividades mais diversificadas;</p>

VIII. Implantar uma sala virtual com conteúdos de formação geral, de participação obrigatória.
IX. Revisar e implantar novos PPCs, visando sua eficiência, eficácia, atualização, interdisciplinaridade, flexibilidade e articulação com a extensão e a iniciação científica;
X. Buscar recursos tecnológicos que favoreçam a acessibilidade pedagógica das pessoas com deficiência.
Meta 2: Credenciar a instituição na Modalidade EaD com oferta na sede e em, no mínimo, 3 polos e 8 cursos de graduação.
I. Aumentar, gradativamente, a implantação de EaD nos cursos presenciais, até o limite de 20% da carga horária total, como forma de consolidar experiência na modalidade.
II. Protocolar junto ao MEC o processo de credenciamento EaD e a autorização dos cursos.
III. Manter a plataforma Blackboard como Ambiente Virtual de Aprendizagem, bem como a infraestrutura necessária para EaD
IV. Estabelecer parcerias para implantação dos polos de EaD.
V. Capacitar o Corpo Social (docentes, tutores e técnicos administrativos) para atuação na EaD.
Meta 1: Aumentar a produção científica do corpo docente de forma a alcançar o conceito 3 nesse indicador do instrumento de avaliação
I. Fomentar a Revista Master por meio da indexação, internacionalização e aumento da publicação de artigos científicos;
II. Garantir no Plano de Carreira Docente formas de incentivo ao corpo docente para publicações científicas;
III. Manter o auxílio financeiro ao corpo docente para apresentação de trabalhos em Congressos.
Meta 2: Garantir em todos os PPCs a inclusão da pesquisa como pilar do curso de Graduação, regulamentando ações para levar o aluno da graduação a desenvolver seu espírito científico
I. Transformar os resultados dos projetos de extensão em artigos científicos publicáveis na revista Master;
II. Implementar a política de pesquisa na instituição com bolsas para alunos e professores
III. Manter a realização do Congresso Científico, da Bienal de Ideias e das Jornadas Integradas, bem como outros eventos de caráter científico;
IV. Fazer uma busca ativa de possíveis publicações a partir dos trabalhos inscritos nos eventos científicos;
V. Implantar o Projeto Integrador nos cursos de graduação;
VI. Manter e ampliar os trabalhos de problematização com o uso do Arco de Magueres, regulamentando-o nos PPCs;
VII. Manter os TCCs nos cursos onde são obrigatórios, incentivando a publicação de artigos científicos sobre os temas.

Meta 1: Manter e aprimorar os 02 programas e 29 projetos de extensão continuados já consolidados na instituição, envolvendo mais alunos e professores no seu desenvolvimento, de forma que cada curso participe diretamente de, pelo menos, 10 projetos.

- I. Reformular a Política de Extensão, considerando as orientações do PDI 2017-2021;
- II. Instituir a obrigatoriedade de apresentação de relatório por parte de alunos bolsistas envolvidos nos projetos de extensão;
- III. Manter as parcerias com as instituições públicas e privadas para realização dos projetos;
- IV. Criar indicadores para avaliação da satisfação do público atendido nos projetos de extensão;
- V. Estabelecer nos PPCs as horas obrigatórias para participação dos alunos em projetos de extensão;
- VI. Instituir e implementar forma de valorização dos alunos envolvidos com os projetos/ações de extensão.

Meta 2: Aumentar a participação do corpo docente nos cursos/projetos/ações de extensão em 20%, fortalecendo a extensão

- I. Instituir e manter forma de valorização dos docentes envolvidos com os projetos/ações de extensão;
- II. Fazer ampla divulgação da Política de Extensão junto ao Corpo Docente por meio de reuniões e fóruns específicos com pequenos grupos;

Meta 3: Ofertar, no mínimo, 6 cursos de extensão por semestre contemplando as áreas de saúde, gestão, educação, tecnologia e direito

- I. Avaliar continuamente o catálogo de cursos de extensão, promovendo sua atualização de acordo com a demanda de mercado;
- II. Destinar bolsas nos cursos de extensão para alunos e egressos baseado em meritocracia;
- III. Ofertar cursos de extensão na modalidade EaD;
- IV. Aprimorar a divulgação dos cursos de Extensão;
- V. Buscar a sustentabilidade financeira dos cursos de extensão.

Meta 4: Ampliar a realização de eventos/ações de extensão em 10%, buscando o envolvimento de todos os cursos

- I. Fazer ampla divulgação da Política de Extensão junto ao Corpo Docente por meio de reuniões específicas com as turmas;
- II. Manter o apoio aos alunos para realização dos eventos e ações de extensão.

Meta: Desenvolver projetos pedagógicos para os 11 cursos de pós-graduação Lato Sensu presencial e a distância, a serem ofertados anualmente

- I. Indicar os coordenadores dos cursos de pós-graduação bem como estabelecer equipe de apoio

na elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos;
II. Fazer anualmente uma ampla campanha de divulgação dos cursos, buscando a criação das turmas;
III. Organizar e manter infraestrutura adequada para oferta da pós-graduação presencial e EaD;
IV. Prestar um atendimento diferenciado ao aluno, desde sua inscrição, matrícula e acompanhamento;
V. Ofertar os cursos de pós-graduação em EaD, a partir do credenciamento da instituição

Objetivo 6:
Promover atitudes e comportamentos comprometidos com a universalidade da vida nos aspectos científico, humanístico, social, político, econômico, cultural e ambiental
Meta 1: Manter e aprimorar os 2 programas e 29 projetos de extensão/responsabilidade social já consolidados na instituição
I. Alocar recursos específicos para a manutenção dos projetos;
II. Manter e Estabelecer convênios com instituições públicas, privadas ou ONGs para realização/melhorias dos projetos/eventos/ações de responsabilidade social, considerando os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável;
III. Buscar fontes alternativas de receita para manutenção dos projetos;
IV. Estabelecer e divulgar amplamente o calendário anual dos eventos/projetos;
V. Manter registro atualizado das ações/eventos/projetos de responsabilidade social, comprovando o seu alcance e execução.
Meta 2: Manter e ampliar as políticas de acessibilidade e de sustentabilidade, alcançando 100% das pessoas da comunidade acadêmica.
I. Realizar capacitações com o corpo docente e pessoal administrativo para melhor atender as pessoas com deficiência;
II. Realizar eventos de sensibilização sobre a questão da acessibilidade e da sustentabilidade com toda comunidade acadêmica.
III. Manter o site acessível em LIBRAS
IV. Manter e buscar mais recursos tecnológicos que promovam a acessibilidade comunicacional e pedagógica;
V. Criar e implantar o programa de gerenciamento de resíduos sólidos;
VI. Implantar e manter um painel de controle da responsabilidade social
Meta 3: Ampliar a divulgação dos projetos/ações de responsabilidade social para que haja mais participação da comunidade, por meio de encontros periódicos envolvendo 100% das associações/instituições sociais do município e 100% da comunidade acadêmica.
I. Criar e realizar um evento periódico específico para receber as associações/instituições para divulgar os eventos/projetos da instituição;

II. Realizar uma campanha de incentivo ao voluntariado na instituição;
III. Aproveitar os eventos já existentes para divulgar os projetos/ações para a comunidade interna;
IV. Fazer o balanço social da instituição anualmente.
Meta 4: Alcançar 100% da comunidade acadêmica interna com ações de sensibilização sobre respeito às diferenças (deficiência, faixa geracional, étnico-racial, credo, gênero, nacionalidade e orientação sexual), direitos humanos e educação ambiental
I. Manter e aprimorar o projeto “Arte e Cultura em Foco”.
II. Manter e impulsionar a inclusão dessas temáticas de forma interdisciplinar e permanente nos currículos dos cursos de graduação e nos eventos/projetos de extensão institucionais;
III. Manter as penalidades previstas no Regimento para alunos, professores e pessoal técnico-administrativos para situações de preconceito;
IV. Desenvolver uma campanha anual abordando esses temas que envolva as comunidades interna e externa, buscando sensibilizar sobre os mesmos.
Meta 5: Estabelecer 01 premiação para reconhecimento de pessoas/ instituições que fazem a diferença na comunidade
I. Criar um regulamento para premiar pessoas/instituições que façam a diferença na área social, ambiental e de direitos humanos na comunidade de Araguari e região;
II. Criar uma marca para essa premiação que reporte a bom exemplo;
III. Realizar um evento anual para prestar o reconhecimento a essas pessoas que são bons exemplos nas áreas social/ ambiental/ direitos humanos.

Objetivo 7: Garantir processos de comunicação internos e externos eficazes
Meta 1: Manter e melhorar 100% das ferramentas de comunicação utilizadas pela instituição (Site, redes sociais, SMS, quadro de avisos, informativo interno, correspondência eletrônica e via correio, avaliação institucional, reuniões, Acontece no IMEPAC, TV, rádio, jornais e revistas, Portal do aluno)
I. Criar um aplicativo do IMEPAC com link para o RM Mobile, impulsionando a interatividade com a comunidade interna e externa;
II. Criar uma política de Comunicação e fazer uma gestão dos processos de comunicação de forma a levantar indicadores para avaliar alcance e eficácia;
III. Ampliar os mecanismos para a acessibilidade comunicacional nas ferramentas de comunicação;
IV. Manter editais por meio sonoro e em LIBRAS;
V. Criar uma versão do “Acontece no IMEPAC” para alunos e melhorar o dos colaboradores incluindo divulgação de eventos;
VI. Manter e Impulsionar o Portal do aluno e o AVA de forma que todos os processos sejam realizados on line. (Matrícula/rematrícula, solicitações, emissão de documentos isentos de taxas, impressão de boletos, material de aulas, comunicações, inscrições, etc.).

VII. Fazer campanhas de sensibilização sobre a importância da comunicação para que a comunidade acadêmica crie a cultura de acessar as ferramentas disponíveis.
VIII. Dar ampla divulgação dos resultados da avaliação institucional.
Meta 2: Utilizar a comunicação interna e externa como instrumento para a retenção e captação do aluno do presencial e da EaD, de forma que a evasão média seja de, no máximo, 5% e a captação cresça em 5%
I. Implantar e manter um setor de relacionamento com o aluno e com o professor utilizando CRM para gerenciar esse processo;
II. Dar maior efetividade às campanhas do Processo Seletivo e para transferência externa;
III. Manter as parcerias com escolas e empresas para realização de eventos/ações de divulgação da instituição e dos cursos;
IV. Fazer o acompanhamento do aluno, especialmente do 1º ano do curso, resolvendo possíveis dificuldades para que possa dar continuidade aos estudos, evitando assim a evasão;
V. Adquirir software CRM e capacitar os colaboradores para atuarem com marketing de relacionamento;
VI. Impulsionar a utilização de mídias digitais no processo de captação e retenção de alunos.

Objetivo 8:
Manter um corpo de colaboradores docente e técnico-administrativo capacitado, motivado e engajado na realização da missão, no alcance da visão e dos objetivos e metas institucionais.
Meta 1: Capacitar 100% do corpo docente, administrativo e de gestores, em temas estratégicos para o exercício da atividade.
I. Organizar cursos na instituição que atendam as necessidades apresentadas pelos setores e pela área acadêmica;
II. Manter o incentivo para participação de colaboradores em cursos/seminários/congressos promovidos por outras instituições, de acordo com as necessidades de cada área;
III. Capacitar docentes, tutores e pessoal administrativo para atuação em EaD;
IV. Capacitar corpo docente em metodologias ativas;
V. Manter articulação com o e-Labore para a oferta de capacitação docente continuada;
VI. Realizar cursos de capacitação na área de gestão para diretores, coordenadores e gerentes;
Meta 2: Institucionalizar uma Política de Pessoal que atenda aos aspectos de qualificação, valorização, inclusão e qualidade de vida dos colaboradores.
I. Alterar o nome do setor de RH para Núcleo de Gestão de Pessoas e criar uma logo que remeta a valorização e qualidade de vida dos colaboradores;
II. Aplicar uma pesquisa de clima organizacional para subsidiar ações do Núcleo de Gestão de Pessoas;
III. Implantar o Plano de Cargos e Salários do pessoal docente e técnico administrativo;

IV. Formalizar a política de pessoal para aprovação do órgão colegiado superior;
V. Manter e aprimorar as ações de incentivo a integração, retenção de talentos, qualidade de vida e valorização dos colaboradores;
VI. Criar, implementar e manter um projeto com foco na saúde do colaborador, em parceria com os cursos da área da saúde e integrado a Política de Pessoal;
VII. Manter um quadro docente com titulação e regime de trabalho que atenda aos padrões de qualidade estabelecidos na legislação educacional.
VIII. Implementar a avaliação de desempenho do pessoal administrativo;
IX. Priorizar a contratação de pessoas com deficiência em cumprimento a legislação;
X. Participar, em articulação com o e-Labore, da implementação do Marketing de Relacionamento com o corpo docente.

Dimensão VI: Organização e Gestão

Objetivo 9: <i>Alterar a organização acadêmica da instituição para Centro Universitário visando mais celeridade aos processos e conseqüente qualidade do ensino ofertado</i>
Meta 1: <i>Credenciar a instituição como Centro Universitário com CI 4</i>
I. Protocolar o processo de credenciamento com vistas a mudança de organização acadêmica;
II. Manter os percentuais de titulação e regime de trabalho do corpo docente de acordo com as exigências para Centro Universitário;
III. Formalizar e implementar a política de pesquisa;
IV. Tomar todas as providências necessárias para o protocolo do processo de credenciamento.
Objetivo 10: Assegurar uma organização e gestão empreendedora, participativa e responsável, que propicie o alcance da visão, o desenvolvimento da missão e o respeito aos valores da instituição.
Meta 2: <i>Mapear 100% dos processos de cada setor da instituição, propiciando melhorias na organização institucional e a percepção da interdependência.</i>
I. Contratar pessoal especializado para auxiliar no mapeamento dos processos;
II. Fazer o levantamento e a descrição dos processos de cada setor;
III. Disponibilizar os processos para acesso de toda comunidade acadêmica (de acordo com interesse de cada segmento);
IV. Utilizar o Bizagi BPMN para acompanhamento dos processos;

V. Avaliar continuamente a eficácia dos processos.
Meta 3: Garantir 90% de respostas “Bom” e “Ótimo” na Avaliação Institucional nos setores de Atendimento ao aluno (Secretaria, financeiro, biblioteca e NAAE)
I. Capacitar os colaboradores dos setores de atendimento ao aluno;
II. Criar, implantar e manter um instrumento de avaliação para medir a qualidade do atendimento;
III. Acompanhar e analisar os resultados da avaliação institucional e do atendimento buscando as soluções para os problemas identificados.
Meta 4: Garantir 95% de respostas “Bom” e “Ótimo” dos colaboradores na Avaliação institucional sobre os serviços do Núcleo de Gestão de Pessoas.
I. Capacitar os colaboradores do Núcleo de Gestão de Pessoas;
II. Acompanhar e utilizar os indicadores da Avaliação Institucional sobre o NGP, para promover as ações estratégicas do setor e verificar o alcance da meta.
III. Acompanhar e analisar os resultados da avaliação institucional e do atendimento buscando as soluções para os problemas identificados.
Meta 5: Fazer com que 100% dos diretores, coordenadores, gerentes e supervisores utilizem os resultados da avaliação institucional na elaboração de suas estratégias para o setor (Relatório da Auto Avaliação, Relatórios de Avaliação Externa, Relatórios ENADE).
I. Institucionalizar por meio de um processo o encaminhamento dos relatórios de avaliação institucional, com retorno dos envolvidos sobre as ações decorrentes desses resultados;
II. Manter os encontros de Planejamento semestrais para avaliação dos resultados e feedback das medidas decorrentes dos processos avaliativos.
Meta 6: Garantir a representatividade da comunidade acadêmica em 100% dos órgãos de gestão, respeitando as competências da instância colegiada (CONSUN, Colegiado de Curso e CPA)
I. Manter a composição dos órgãos colegiados de gestão contemplando a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica, conforme Regimento e regulamentos;
II. Incentivar a participação dos representantes nas reuniões dos órgãos colegiados de gestão;
Meta 7: Capacitar 100% dos dirigentes da instituição com foco na profissionalização da gestão (Diretores, Coordenadores, Gerentes, Supervisores)
I. Realizar cursos de capacitação na área de gestão (Inovação, empreendedorismo, liderança, etc) para diretores, coordenadores, gerentes e supervisores;
II. Manter o incentivo para participação de colaboradores em cursos/seminários/congressos promovidos por outras instituições, de acordo com as necessidades de cada área e disponibilidade de recursos;

Dimensão VII: Infraestrutura

<p>Objetivo 11: Garantir infraestrutura física laboratorial, de biblioteca, tecnológica, salas de aula e administrativa que atenda às necessidades dos cursos ofertados nas modalidades presencial e EaD.</p>
--

Meta 1: Manter um acervo em qualidade e quantidade suficiente para obter conceito 5 no indicador da bibliografia básica e complementar na avaliação de curso.

- I. Manter assinatura de biblioteca virtual e base de dados de periódicos;
- II. Manter atualizado relatório de adequação da bibliografia de cada curso, assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade da bibliografia básica e complementar, em cada UC, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo;
- III. Implantar sistema de controle eletromagnético na saída da biblioteca para evitar extravio de acervo;
- IV. Fazer a atualização periódica do acervo conforme Plano de Atualização de Acervo Bibliográfico – PAB da instituição;
- V. Buscar variações de acervo que atenda as pessoas com deficiência.

Meta 2: Manter os 18 laboratórios da área da saúde, 1 ambulatório e implantar 01 Centro Avançado de Simulação e Habilidades, 1 Clínica Veterinária para pequenos, a Fazenda Escola e 1 sala de dança, com vista à qualidade dos cursos da área da saúde.

- I. Otimizar salas de aula de forma que possa ser multiuso, possibilitando variedade de organização para aulas e atividades práticas;
- II. Instituir um Procedimento Operacional Padrão com vistas a qualidade das aulas em laboratórios;
- III. Iniciar e desenvolver processo de mudança nos laboratórios de anatomia animal e humana para utilização de material virtual e sintético em substituição ao biológico;
- IV. Renovar e ampliar o acervo de peças e modelos de simulação para os novos laboratórios de habilidades;
- V. Construir a clínica de pequenos animais, o Laboratório de Análises Clínicas, o Centro Avançado de Simulação e Habilidades e conveniar a Fazenda Escola
- VI. Ampliar o programa de paciente simulado, incluindo o curso de Enfermagem;
- VII. Climatizar a sala de acervo e os laboratórios da saúde que ainda não estão climatizados;
- VIII. Implantar sala de dança para o curso de Educação Física;
- IX. Reformar o ginásio;
- X. Substituir a câmera do microscópio do laboratório de histologia de analógica para digital.

Meta 3: Manter os 5 laboratórios dos cursos de humanas e exatas (NPJ, brinquedoteca, Espaço do Empreendedor, Física, Desenho Técnico) e implantar 5 novos laboratórios para os cursos de Engenharia e 01 Creative Lab com vistas a qualidade dos cursos e mais 3 brinquedotecas nos polos de EaD

- I. Construir e/ou adaptar espaço físico para implantação de laboratórios de Engenharia e Espaço Maker;
- II. Adquirir os equipamentos necessários para as aulas práticas das engenharias, para as 3 brinquedotecas dos polos de EaD e para o Creative Lab;
- III. Promover Melhorias na infraestrutura do NPJ e do Espaço do Empreendedor

Meta 4: Manter uma estrutura de tecnologia de comunicação e informação suficiente para atender qualitativamente os cursos e a EaD (7 laboratórios de informática - 5 fixos e 2 móveis na sede, 1 laboratório em cada polo de EaD; projetores ou TVs em todas as salas de aula e laboratórios; recursos

<i>para acessibilidade; Ambiente Virtual de Aprendizagem; Sala de metodologias Ativas; Sistema de registro acadêmico; Wireless)</i>
I. Substituir os equipamentos do laboratório IV e aumentar para 42 máquinas;
II. Fazer Upgrade nos equipamentos do laboratório V;
III. Adquirir mais 1 laboratório móvel com 30 máquinas para a sede e mais 3 laboratórios para os polos de EaD;
IV. Colocar equipamento para professor nos laboratórios que são utilizados para práticas;
V. Manter e ampliar os recursos para acessibilidade plena da comunidade acadêmica;
VI. Adquirir paulatinamente TVs para todas as salas de aula;
VII. Manter ambiente virtual de aprendizagem para EaD, cursos de extensão e atividades discentes orientadas (Blackboard);
VIII. Manter o acesso a internet em toda IES;
IX. Manter o sistema Totvs para controle acadêmico e implantar a secretaria digital.
X. Construir uma sala interativa para trabalhos com metodologias ativas
Meta 5: Manter 100% da infraestrutura física e de mobiliário em condições adequadas às atividades acadêmicas e administrativas
I. Climatizar paulatinamente as salas de aula;
II. Substituir paulatinamente as lousas de fórmica por vidro;
III. Fazer as adequações necessárias em espaço administrativo para funcionamento do Núcleo de EaD;
IV. Substituir os murais de recados nos corredores, setores e laboratórios para padronizar com vidros;
V. Substituir todas as carteiras pelo modelo atual adotado;
VI. Realizar periodicamente a manutenção preventiva e corretiva em toda infraestrutura física e mobiliário;
VII. Fazer a modernização das salas dos coordenadores;
VIII. Promover melhorias no serviço de limpeza;
IX. Redimensionar a infraestrutura elétrica de entrada e distribuição;
X. Promover melhorias na infraestrutura do prédio II;
XI. Substituir paulatinamente o forro de PVC das salas por forro mineral;
XII. Promover melhorias no mobiliário dos setores administrativos;

XIII. Manter a acessibilidade arquitetônica em todos os espaços e substituir o piso tátil emborrachado por cerâmica;
XIV. Implantar mais tomadas nas salas de aula e espaços multiusos para utilização de notebooks.
XV. Construir um sanitário familiar com fraldário

Dimensão VIII: Avaliação Institucional

<p><i>Objetivo 12:</i> <i>Garantir a efetividade da Avaliação Institucional como instrumento de gestão</i></p>
<p>Meta 1: Revisar todos os instrumentos da auto avaliação, bem como o projeto e regulamento da CPA, tendo em vista a implantação de EaD e melhorias contínuas.</p>
<p>I. Fazer reuniões da CPA com representantes das coordenações, gerências e coordenação da EaD para avaliação dos instrumentos, projeto e regulamento;</p>
<p>II. Proceder a adequação dos instrumentos, do regulamento e projeto da Avaliação Institucional considerando as análises dos participantes das reuniões.</p>
<p>Meta 2: Atingir 70% de participação da comunidade acadêmica na auto avaliação institucional garantindo, no mínimo, 50% de participação por curso.</p>
<p>I. Aprimorar o processo de sensibilização para que alcance todos os envolvidos sobre a importância da participação;</p>
<p>II. Aprimorar o sistema utilizado para a aplicação dos instrumentos, com vistas a facilitar o preenchimento pelos alunos;</p>
<p>III. Institucionalizar um processo para aplicação dos instrumentos, com as competências de cada ator envolvido;</p>
<p>Meta 3: Fazer com que 100% dos diretores, coordenadores, gerentes e supervisores utilizem os resultados da avaliação institucional na elaboração de suas estratégias para o setor (Relatório da Auto avaliação, Relatórios de Avaliação Externa, Relatório ENADE)</p>
<p>I. Institucionalizar por meio de um processo o encaminhamento dos relatórios de avaliação institucional com feedback dos envolvidos sobre as ações decorrentes desses resultados;</p>
<p>II. Realizar ao final de cada ciclo a meta-avaliação, para melhoria contínua do processo;</p>
<p>III. Manter os encontros de Planejamento semestrais para avaliação dos resultados e feedback das medidas decorrentes dos processos avaliativos.</p>
<p><i>Objetivo 13:</i> <i>Sensibilizar a comunidade acadêmica para que esta perceba a avaliação institucional como instrumento participativo no aperfeiçoamento da instituição</i></p>
<p>Meta 1: Alcançar 100% da comunidade acadêmica com ações de sensibilização sobre a importância da Avaliação institucional para alcance de melhorias</p>
<p>I. Aprimorar as campanhas de divulgação e sensibilização sobre a Avaliação Institucional;</p>
<p>II. Criar e manter um painel para divulgação das melhorias decorrentes dos processos avaliativos;</p>
<p>III. Realizar encontros anuais com cada segmento da comunidade acadêmica para informar sobre o papel da Avaliação Institucional e sua importância no aperfeiçoamento da instituição.</p>

Dimensão IX: Atendimento aos Alunos

<p>Objetivo 14: <i>Prestar o atendimento aos estudantes com qualidade, contribuindo para seu ingresso, permanência e sucesso no Ensino Superior</i></p>
<p>Meta 1: <i>Garantir o funcionamento com qualidade dos 11 serviço/programas de apoio ao estudante (Programa de Acolhimento e Permanência, Nivelamento, Participação nos Órgãos Colegiados, Atendimento Psicopedagógico, acessibilidade, monitoria, apoio financeiro, acompanhamento estágio não obrigatório, intercâmbios, organização estudantil, instância de atendimento discente)</i></p>
I. Buscar recursos tecnológicos para melhor atendimento as pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais;
II. Ofertar capacitação para docentes e pessoal administrativo com vistas a promoção da acessibilidade comunicacional, atitudinal e pedagógica e melhorias no atendimento ao discente;
III. Manter profissionais intérpretes de LIBRAS;
IV. Manter e aprimorar continuamente a Política de Acessibilidade;
V. Criar estratégias para melhorar a procura dos alunos pelo Atendimento Psicopedagógico;
VI. Reformular o Programa Institucional de Nivelamento – PIN com vistas a melhor participação dos alunos, utilizando de ambiente virtual de aprendizagem;
VII. Aprimorar o serviço de coordenação de estágio com vistas a orientação e acompanhamento dos estágios não obrigatórios;
VIII. Manter e ampliar os programas de monitoria de acordo com demanda dos cursos;
IX. Afixar em local de fácil acesso uma caixa para reclamações, sugestões, críticas e elogios, aproximando a Ouvidoria da comunidade acadêmica;
X. Publicar os índices de resolutividade das questões apresentadas junto a Ouvidoria;
XI. Promover a articulação da Ouvidoria com a CPA, otimizando a solução dos problemas apontados.
XII. Manter e aprimorar a política de acompanhamento de egressos
<p>Meta 2: <i>Manter a inscrição da instituição nos 02 programas governamentais de financiamento estudantil (FIES e PROUNI), no financiamento do SICOOB Aracoop, manter o Programa de Descontos do NAAE e buscar mais uma alternativa de financiamento.</i></p>
I. Fazer semestralmente a adesão da instituição junto ao PROUNI e FIES;
II. Trabalhar para que todos os cursos obtenham, pelo menos, conceito 4 no CPC, melhorando as condições para obtenção de mais vagas de FIES
III. Buscar junto ao SICOOB a ampliação da oferta de financiamento, incluindo todos os cursos;
IV. Manter e ampliar os convênios com instituições públicas e privadas para descontos aos funcionários e seus dependentes;
V. Buscar mais uma alternativa de financiamento para melhor atender aos alunos.

Meta 3: Garantir a participação discente nos órgãos colegiados da instituição (CONSUN, Colegiado de Curso e CPA)

I. Estimular a organização estudantil (Das, Ligas e Atléticas);

II. Garantir no Regimento e regulamentos a representatividade discente nos órgãos colegiados (CONSUN, colegiado de curso e CPA).

Meta 4: Organizar 04 visitas anuais de estudantes e professores nos programas de intercâmbio internacional de curta duração (SUNY, Universidade de Coimbra, Maputo) e estabelecer parceria para implantação de 01 programa de intercâmbio nacional

I. Manter o convênio com a SUNY – Campus de Buffalo, organizando uma visita anual;

II. Manter o convênio com a Universidade de Coimbra, organizando uma visita anual;

III. Estabelecer e manter convênio com a instituição de ensino de Moçambique para intercâmbio

IV. Manter a parceria com a Missão Sal da Terra para as visitas semestrais a Moçambique na África;

V. Estabelecer parceria com uma instituição educacional ou ONG para concretização de intercâmbio nacional.

Meta 5: Alcançar 100% dos objetivos estabelecidos na Política de acompanhamento de Egressos

I. Revisar a Política de Egressos bem como seus objetivos;

II. Manter e aprimorar o Portal do Egresso;

III. Proporcionar a participação do egresso em eventos e ações institucionais;

IV. Manter semestralmente as mesas redondas com egressos e calouros;

V. Criar um canal de comunicação do egresso com docentes;

VI. Fazer pesquisa junto a egressos sobre mercado de trabalho, com vistas a melhoria contínua dos cursos e sua integração com o mercado

VII. Incentivar o uso do linkedin entre os alunos como canal de comunicação, networking e promoção de carreira;

VIII. Possibilitar ao egresso o acesso ao RM para concorrer a vagas de trabalho.

Dimensão X: Sustentabilidade Financeira

Objetivo 15:

Assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da instituição para honrar seus compromissos, propiciar seu pleno desenvolvimento e a excelência nos seus serviços.

Meta 1: <i>Diminuir a inadimplência mensal para 10%</i>
I. Implantar um serviço de cobrança próprio;
II. Manter flexibilidade nas negociações.
Meta 2: <i>Assegurar a enturmação média do curso de Medicina em 60 alunos/ turma e melhorar a enturmação média nos demais cursos presenciais para 30 alunos/turma</i>
I. Articular o setor acadêmico com o NAAE e Comunicação e Marketing, para aprimorar o relacionamento com o aluno e consequentemente a captação e retenção;
II. Flexibilizar a organização curricular;
Meta 3: <i>Diminuir o percentual de comprometimento da receita com as despesas mensais fixas em 5% e diminuir o percentual de comprometimento da receita com folha de pagamentos para 50%</i>
I. Otimizar o uso do espaço físico da instituição em períodos ociosos, gerando receitas alternativas;
II. Realizar ações de sensibilização sobre consumo consciente de materiais, equipamentos, etc;
III. Implantar, pelo menos, 3 projetos que gerem fontes alternativas de receita;
IV. Promover uma gestão responsável dos colaboradores, otimizando os gastos com Folha de Pagamentos;
V. Implantar o Orçamento Anual;
Meta 4: <i>Implantar 8 cursos de graduação em EaD e 10 de pós graduação Lato Sensu</i>
I. Acompanhar junto ao MEC o processo para credenciamento da instituição para oferta de EaD, bem como para autorização de funcionamento dos cursos;
II. Preparar os recursos tecnológicos, humanos e materiais para o funcionamento da EaD e dos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> .
Meta 5: <i>Manter a evasão semestral no curso de Medicina em 1% e diminuir a dos demais cursos para 5%, bem como aumentar a captação em 5%</i>
I. Apoiar o setor de Comunicação e Marketing e o NAAE nas ações de relacionamento com o aluno com foco na captação e retenção;
II. Implantar o Programa de Acolhimento e Permanência e Incentivar a procura pelo PIN e atendimento psicopedagógico para que haja um efetivo apoio ao aluno, especialmente no início do curso, propiciando condições adequadas para sua permanência e sucesso.

PARTE II - PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

1. A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Nesta segunda parte do projeto, será apresentado o Programa de Avaliação Institucional e traçadas as linhas mestras de execução da Autoavaliação segundo as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

1.1 Pressupostos teóricos

O presente projeto diz respeito a um momento especial da Educação Brasileira, para o qual a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, e a legislação complementar estabelecem que a autorização, o reconhecimento dos cursos e a extensão da autonomia universitária decorrerão dos resultados que comprovem alta qualificação da IES garantida na Autoavaliação Institucional e nas avaliações realizadas pelo Poder Público.

Observa-se, inicialmente, que o conceito de avaliação evoluiu com o tempo, passando esta a ser entendida como um processo inerente a qualquer atividade humana. A partir dela, obtêm-se as informações que permitem conhecer, orientar, melhorar ou transformar os aspectos avaliados.

Nas duas últimas décadas, o termo, que antes era exclusivo do meio educacional, foi incorporado às gestões administrativas, com a implantação dos programas de Qualidade Total, como um insumo no processo de planejamento da Instituição. Avalia-se para corrigir rumos e melhorar a qualidade.

A educação superior registrou uma alta taxa de crescimento a partir dos anos noventa, tendo aumentado consideravelmente na última década. Isso veio a exigir das Instituições de Ensino Superior (IES) a busca da qualidade em seus serviços, que necessariamente será uma decorrência da Autoavaliação realizada com fidedignidade e constância.

Já em 1998, a UNESCO publicou um documento intitulado Declaração Mundial sobre Educação Superior no século XXI, que definiu qualidade em educação superior como: conceito multidimensional que deve envolver todas as funções e atividades.

De acordo com as premissas anteriores, a Avaliação Institucional passa a ser vital para sobrevivência das instituições, especialmente as de Ensino Superior e para as organizações se modernizarem e obterem uma melhoria contínua. A partir dela, obtêm-se as informações que permitem conhecer, orientar, melhorar ou transformar os aspectos avaliados.

A prática da Avaliação Institucional está sendo adotada nas IES em função de exigências legais e demandas, tendo em vista a autonomia em que se movem e a competitividade que as impulsiona.

Dessa forma, o tema Avaliação Institucional assumiu papel central no processo de gestão das Instituições de Ensino Superior. Com essa prática e com essa visão, as IES brasileiras buscam alcançar a excelência acadêmica e a melhoria da qualidade de seus diferentes processos de gestão. Assim, como já foi enfatizado, a Avaliação Institucional constitui prática essencial da gestão das IES uma vez que permite a melhoria dos processos organizacionais. A busca pela qualidade nas IES brasileiras pressupõe um compromisso de auto-renovação permanente.

Esse compromisso, por sua vez, exige a incorporação, por parte das instituições, de uma prática avaliativa como atividade constante e integradora dos processos administrativos e pedagógicos. Assim, é importante que um exame explícito, sistemático e participativo dos resultados obtidos em cada etapa avaliativa passe a apoiar um programa global de avaliação da Instituição. Esse programa, por sua vez, deve orientar-se no sentido da excelência acadêmica e do aperfeiçoamento institucional, tendo como pressuposto a melhoria contínua. Conforme Juliatto (1991, p. 132), “a instituição que se autoavalia irá criar mecanismos explícitos e adaptados à suas condições para verificar o grau de efetividade no alcance dos seus propósitos”. Dessa forma, a avaliação promove a discussão interna em torno dos temas relevantes para a gestão. Para tanto, a organização utiliza informações mais precisas, o que permite concretizar uma prática institucional orientada pela unidade de sua missão e de seus objetivos.

Por tudo o que foi dito, percebe-se a avaliação se torna uma diretriz para as ações acadêmicas e administrativas das instituições de ensino superior e, a partir de 2004, tem por parâmetro a proposta governamental estabelecida pelo SINAES.

O SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior foi criado e transformado em Lei 10.861, de 14 de abril de 2004 e tem como finalidade “*analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação da Educação Superior e elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados*” (Diretrizes para a Avaliação do Ensino Superior, MEC2004).

Neste sentido, de acordo com as novas diretrizes, três modalidades de instrumentos de avaliação, aplicadas em diferentes momentos, compõem o SINAES:

(1) *Avaliação das Instituições de Educação Superior* – é o centro de referência e articulação do sistema de avaliação que se desenvolve em duas etapas principais:

(a) Autoavaliação – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada IES, a partir de 1º de setembro de 2004;

(b) avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo INEP, segundo diretrizes estabelecidas pela CONAES.

(2) Avaliação dos Cursos de Graduação – avalia os cursos de graduação por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas *in loco* de comissões externas. A periodicidade desta avaliação depende diretamente do processo de reconhecimento e renovação de reconhecimento a que os cursos estão sujeitos.

(3) Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE) – aplica-se aos estudantes concluintes do curso, estando prevista a utilização de procedimentos amostrais. A partir de 2009, todos os alunos estão sujeitos ao ENADE dos cursos avaliados, ainda de três em três anos. Anualmente o Ministro da Educação, com base em indicação da CONAES, define as áreas que participarão do ENADE”.

O que se espera de uma Instituição de Ensino Superior é que ela vá além da reprodução cultural. A própria internacionalização da educação requer que a IES prepare os seus alunos como profissionais competentes e cidadãos capazes de transformar a realidade com vistas ao bem comum.

Sem tudo isso, uma instituição tende a ser um mero aglomerado de pessoas agindo em direções variadas em função de interesses ou definições pessoais, e em geral, divergentes, de caprichos ou emergências ocasionais, de disposições emocionais do momento ou por situações de desenvolvimento pessoal, tomados como critérios para decidir o que precisa ou deve ser feito como tarefa típica – e definidora! – da instituição. (Botomé 1996, p. 27)

Vários autores se preocupam em estudar o fenômeno avaliativo sob diversos ângulos, e enfatizam a necessidade de encará-lo com seriedade e fundamentá-lo cientificamente. A literatura apresenta diversos conceitos que apontam tipos e funções de avaliação. Todos eles reconhecem seus múltiplos papéis na tomada de decisões educacionais.

Os modelos de avaliação se voltam para pontos importantes que são orientadores da tomada de decisões, já que visam detectar as necessidades que serão processadas no planejamento de uma instituição ou de sistemas de ensino. Assim pensa também Dias Sobrinho (2000):

[...] a Avaliação Institucional é um campo de disputas que ultrapassam as questões mais aparentes e formais da organização e do gerenciamento das instituições educativas. É um campo de lutas em que estão em jogo questões de fundo, pois se reconhece, ainda que nem sempre se declare a força da Avaliação Institucional como ação de grande impacto da universidade. [...].

Estas considerações implicam a necessidade de intervenção sobre a natureza e os fins da universidade, sobre seu papel no desenvolvimento de uma determinada sociedade, sua interferência crítica ou sua participação cooperativa na consolidação de tendências de âmbitos globais. [...].

Enfim, avaliar a qualidade de uma instituição é medir sua efetividade e a vinculação entre seus objetivos e seus resultados. É julgar seu valor considerando tratar-se de uma instituição de ensino superior que promove continuamente uma análise dos seus processos.

A prática da Autoavaliação Institucional é um processo permanente de construção de uma cultura de avaliação e de sua disseminação na comunidade interna, que compromete todos os atores a consolidá-la. Desta forma, assume caráter formativo, pelo aperfeiçoamento tanto das pessoas quanto da instituição num processo de reflexão e autoconsciência institucional.

1.2 Objetivos

O Programa de Avaliação Institucional do Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos objetiva manter os diferentes setores de trabalho informados sobre seus aspectos de excelência, deficiência e carência, de tal forma que sejam tomadas decisões administrativas que gerem ações necessárias para promover correções dos desvios e carências e/ou manter e animar o que se mostrou como de excelência, com vistas a rever e aperfeiçoar o seu Projeto Institucional. Como exigência institucional, e também da comunidade acadêmica, deve-se cuidar para que a avaliação institucional seja sempre:

- I. Um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico;
- II. Uma ferramenta e um conjunto de diretrizes para o planejamento e a gestão universitária;
- III. Um processo constante de prestação de contas de todos para com todos.

Essas diretrizes, mais abrangentes, são desdobradas nas seguintes perspectivas de resultados:

- I. Avaliar todos os segmentos internos para a atualização dos projetos pedagógicos, projetos administrativos e de apoio logístico;
- II. estimular a criatividade e provocar o encorajamento dos membros das comunidades acadêmica e administrativa para o surgimento de novas possibilidades, para a solução de problemas estruturais e funcionais;
- III. identificar manifestações de desacerto entre as instâncias acadêmicas e administrativas;

- IV. apontar relações da Faculdade para com a sociedade, no que se refere às necessidades, possibilidades e potencialidades para ações recíprocas;
- V. avaliar planejamentos e programas pedagógicos e administrativos, visando a sua adequação ao contexto histórico, social e político;
- VI. diagnosticar a adequação da clientela no contexto da sociedade onde ela se insere e dos cursos de Graduação;
- VII. pesquisar e indicar as áreas de excelência sobre as quais prevalecerão os cursos de Pós-Graduação;
- VIII. apontar as necessidades educacionais emergentes no contexto da área de abrangência da Faculdade e indicar seu potencial de ação;
- IX. identificar os melhores procedimentos acadêmicos para a transmissão e produção do conhecimento;
- X. identificar, na comunidade acadêmica, as lideranças intelectuais para a produção de novos conhecimentos; e
- XI. identificar os procedimentos necessários para melhorar as relações com a comunidade acadêmica e com outras instituições nacionais e internacionais, ligadas à educação superior.

1.3 Dimensões

O Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos contempla em seu Programa de Avaliação Institucional, agrupadas nos cinco eixos, as dimensões básicas estabelecidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a saber:

- 1ª** - A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional.
- 2ª** - A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades que abrangem: a) Ensino b) Pesquisa (investigação científica), c) Extensão, d) Pós-Graduação (*Lato Sensu*).
- 3ª** - A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.
- 4ª** - A comunicação com a sociedade.
- 5ª** - As políticas de pessoal, de carreiras do Corpo Docente e Corpo Técnico-Administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas

condições de trabalho em que se incluem Docentes e Funcionários Técnico-Administrativos.

- 6ª** - Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.
- 7ª** - Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa (investigação científica), biblioteca, recursos de informação e comunicação.
- 8ª** - Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da Autoavaliação Institucional.
- 9ª** - Políticas de atendimento aos estudantes, levando em conta: a) Estudantes b) Egressos.
- 10ª** - Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

1.4 Fundamentos legais

A legislação educacional brasileira expressa, em vários instrumentos, o compromisso com a Avaliação Institucional dos quais se destacam: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96 - Capítulo IV, Art. 46), a Lei Federal nº 9131, de 24 de novembro de 1995; os Decretos Federais N°s 2026/1996, 3860/2001 e 5.773/2003; as Portarias N°s 2040/1997, 2041/1997, 2175/1997 e 302/1998 do MEC.

Abordando esses dispositivos regulamentadores, verifica-se que a Lei Federal 9131/95, em seu Art. 3º, determinou a realização de avaliações periódicas das instituições e dos cursos de nível superior. Foram enfatizados os Exames Nacionais de Curso, estabelecidos como condição para obtenção do Diploma de Conclusão de Cursos de Graduação na Educação Superior. O referido texto legal atribuiu aos órgãos centrais federais – Ministério da Educação e do Desporto e Conselho Nacional de Educação – o papel de formuladores e avaliadores da política nacional de educação.

O Decreto Federal nº 2026/96 tornou muito claro que os Exames Nacionais de Curso – ENC, proclamados pela Lei 9131/95, constituíram-se em apenas uma das dimensões de um processo global de avaliação das Instituições de Ensino Superior, favorecendo a compreensão dos elementos constitutivos do processo avaliativo. Em todos os textos legais, implícita ou explicitamente, percebe-se que a Avaliação Institucional era entendida como mecanismo de regulação e de controle institucional.

Posteriormente, o Decreto nº 3.860, de 09 de julho de 2001, dedicou todo o seu capítulo IV à avaliação e determinou, em seu art. 17, caput que a avaliação de cursos e instituições de ensino superior fosse executada pelo INEP. Para assegurar que o processo avaliativo tivesse certa semelhança e coerência, relacionaram-se nos incisos do artigo em seus parágrafos, as ações básicas a serem realizadas para esse fim.

Em 2006, novo Decreto, o de número 5.773, foi publicado, este com um objetivo mais amplo, com vistas a disciplinar as funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação. O capítulo IV foi dedicado à avaliação e estabeleceu processos avaliativos, dentro dos parâmetros do SINAES.

A Portaria MEC nº 2175/97 vinculou, oficialmente, os resultados das avaliações realizadas pelo MEC (Exames Nacionais de Curso) ao processo avaliativo global, determinando que os mesmos se constituíssem em indicadores de qualidade e de desempenho de cursos e Instituições de Ensino Superior.

Nessa linha, o Plano Nacional de Educação – 2001, com vigência de 10 anos (até 2011), estabeleceram, entre os seus objetivos e metas, o compromisso de manutenção e o incremento de um sistema de avaliação da educação brasileira.

A Medida Provisória nº 147, emitida em 15 de dezembro de 2003, instituiu o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior, redefinindo finalidades, pressupostos, procedimentos gerais, órgãos responsáveis e obrigações básicas das IES no desenvolvimento do novo processo avaliativo.

Em abril de 2004, obedecendo ao fluxo legislativo, as regulamentações sobre a Avaliação Institucional assumiram caráter estatal com a aprovação da Lei 10.861, de 14.04.04, que, com algumas adequações predominantemente de forma, criou o já mencionado Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

O SINAES desencadeou um conjunto de regulamentações: definiu orientações avaliativas para as IES na sua totalidade; normatizou o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE; e delimitou competências para os diversos setores oficiais responsáveis pela sua implementação.

Dessas regulamentações, merecem menção especial aquelas que interferem diretamente na dinâmica das IES, conforme relação a seguir:

- Portaria MEC Nº 2051, de 09 de julho de 2004 (regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema de Avaliação da Educação Superior, instituído na Lei Nº 10861, de 14.04.04);
- Portaria INEP Nº 107, de 22 de julho de 2004 (define critérios para a aplicação do ENADE);

- Portaria INEP Nº 108, de 22 de julho de 2004 (define procedimentos técnicos para a aplicação do ENADE);
- Decreto nº 9.235 de 15 de dezembro de 2017 (define os novos instrumentos de avaliação institucional).

Os princípios orientadores do SINAES, bem como o caráter democrático dos procedimentos comuns estabelecidos nas suas regulamentações harmonizam-se com a dimensão emancipatória da avaliação educacional; entretanto é fundamental que a Autoavaliação Institucional seja fortalecida, ocupando o seu espaço de elemento de referência nas interlocuções com a avaliação externa (procedimentos regulatórios sob a responsabilidade dos órgãos oficiais).

1.5 Metodologia

Nessa linha de trabalho todos os segmentos, em igualdade de participação, se envolverão no processo respondendo a questionários, participando de enquetes, analisando os aspectos positivos e negativos dos cursos, discutindo conjuntamente as debilidades e fortalezas do IMEPAC, também dando sugestões que provoquem a melhoria da sua qualidade. Assim, a Avaliação Institucional no IMEPAC consistirá em um processo permanente de elaboração de conhecimentos e de intervenção prática, que permitirá retroalimentar as mais diversas atividades da Faculdade, durante todo o seu desenvolvimento, e ocorrerá prioritariamente, como descrito a seguir:

- I. Avaliação do Docente/Tutor por Unidade Curricular/Curso (semestralmente, envolvendo coordenadores, docentes/tutores e discentes);
- II. Avaliação Institucional Geral (Diagnóstica) – Aplicada ao final do primeiro ano (ou início do segundo) do ciclo avaliativo, envolvendo todos os segmentos: discentes, docentes, tutores, coordenadores, diretores, funcionários técnico-administrativos, egressos do curso, representantes da sociedade civil organizada;
- III. Avaliação Institucional Geral (Conclusiva do Ciclo) – Aplicada no terceiro ano do mesmo ciclo avaliativo, envolvendo todos os segmentos: discentes, docentes, tutores, coordenadores, diretores, funcionários técnico-administrativos, egressos do curso, representantes da sociedade civil organizada.
- IV. Avaliação do curso (em conjunto com o NDE) – realizada por meio da análise dos resultados das avaliações internas, externas e de grupos focais, com foco na atualização do PPC, no alcance dos objetivos do curso e na construção do perfil do egresso proposto.

A coleta de informações, para diagnóstico e estudo da realidade institucional, será viabilizada por meio de um instrumento de coleta de dados (questionário) que será sempre atualizado e servirá como subsídio para o processo de Avaliação Institucional. Os questionários serão respondidos pelo corpo Docente/tutor, Discente, Técnico-Administrativo, Egressos e sociedade civil organizada. As categorias e os indicadores aplicados a este instrumento são construídos a partir de um levantamento feito junto aos setores envolvidos, a fim de retratar, com fidedignidade, a realidade e as expectativas dos interessados e envolvidos na avaliação, para propiciar diagnósticos confiáveis. No momento existe um conjunto classificado e organizado da seguinte forma:

Ensino de Graduação e Pós-graduação

- I. Procura por curso;
- II. matrícula no curso;
- III. evasão no curso;
- IV. frequência no curso ou utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- V. qualidade do corpo docente e de tutores; e
- VI. qualidade das aulas.

Extensão e Atividades Complementares

- I. Alunos participantes em programas ou projetos de extensão;
- II. quantidade de cursos de extensão oferecidos;
- III. quantidade de cursos de extensão realizados;
- IV. quantidade de atividades abertas à comunidade não acadêmica;
- V. quantidade de eventos culturais realizados;
- VI. diversidade de atividades complementares oferecidas aos alunos;
- VII. qualidade da estrutura para o apoio, fomento e acompanhamento da extensão; e
- VIII. quantidade de convênios e parcerias existentes para a inserção dos alunos na comunidade.

Avaliações Externas

- I. Quantidade de conceitos satisfatórios nos processos de reconhecimento de cursos;
- II. qualidade da imagem institucional favorável na sociedade; e

- III. qualidade da imagem institucional favorável entre os ex-alunos.

Corpo Docente e Tutores

- I. Quantidade de professores que participam na extensão e nas atividades complementares;
- II. quantidade de professores que participam em programas de capacitação ou estudos de aperfeiçoamento;
- III. quantidade de professores avaliados positivamente pelos alunos;
- IV. quantidade de professores avaliados positivamente pela Coordenação;
- V. quantidade de professores que publicaram livros;
- VI. quantidade de professores que publicaram artigos em revistas, anais e/ou periódicos científicos interno-externos; e
- VII. quantidade de professores que ministram aulas na pós-graduação.

Infraestrutura Física

- I. Instalações da Biblioteca;
- II. acervo e demais materiais de trabalho disponíveis na Biblioteca;
- III. qualidade e quantidade das salas de aulas;
- IV. qualidade dos laboratórios;
- V. quantidade de laboratórios;
- VI. qualidade dos recursos de informática;
- VII. quantidade de equipamentos de informática;
- VIII. qualidade do sistema de informatização institucional;
- IX. qualidade do sistema de informatização destinado aos alunos;
- X. quantidade de recursos audiovisuais;
- XI. qualidade das instalações para a administração geral da IES;
- XII. qualidade dos sanitários;
- XIII. quantidade de sanitários;
- XIV. qualidade da área de lazer;
- XV. adequação das instalações para pessoas com deficiência;
- XVI. qualidade dos recursos audiovisuais;
- XVII. qualidade e quantidade das instalações para as estruturas de apoio à extensão e ao estágio;

- XVIII. qualidade do espaço e recursos de apoio ao trabalho dos docentes;
- XIX. qualidade da limpeza;
- XX. qualidade da iluminação;
- XXI. qualidade da segurança; e
- XXII. qualidade da ventilação no espaço de utilização permanente.

A coleta e análise de dados acontecerão sistematicamente a cada três anos. A Avaliação para diagnóstico global será feita a partir da visão discente, docente/tutor, dos técnico-administrativos, egressos e sociedade civil, de aspectos gerais e relevantes dos processos de ensino-aprendizagem, das estruturas acadêmicas de todos os cursos, detectando pontos de excelência e carência. Assim sendo, a Avaliação deve indicar os seguintes aspectos institucionais: relacionamento entre corpo docente e discente, motivação, grau de comunicação e expressão, respeito e valorização das opiniões discentes e da ação didático-pedagógica do docente propriamente dita; desempenho interdisciplinar; compromisso com a ética; compromisso com o conhecimento; dinâmica de avaliação da aprendizagem e domínio de conteúdo pelo docente; e ainda, do desempenho do tutor (no caso dos cursos em EaD).

A cada período da avaliação, será organizada uma campanha motivadora para que os alunos, professores e funcionários respondam às pesquisas. A Comissão Própria de Avaliação organizará as campanhas de avaliação, com o auxílio dos Diretores, Coordenadores de Curso, Departamento de Comunicação e Marketing e representantes de classe, que colaborarão para a divulgação das datas, formas e objetivos do exercício de avaliar.

Na Avaliação Docente e de Tutor por Unidade Curricular/Curso, realizada semestralmente, cada aluno preencherá um documento contendo as questões referentes às disciplinas nas quais está matriculado no semestre (ou no módulo – no caso da EaD), tendo, desta forma, oportunidade de avaliação de todos os docentes e tutores. A pesquisa na modalidade da amostragem terá como percentual representativo, no mínimo, 20% do número de alunos de cada classe, buscando o máximo de neutralidade para esta representação.

2. DIRETRIZES OPERACIONAIS DA AUTOAVALIAÇÃO

2.1 Etapas da avaliação

2.1.1 Etapa de preparação

O objetivo desta etapa é planejar a Autoavaliação, estimular e envolver os atores no processo.

Esta etapa prevê as seguintes ações a serem realizadas pela CPA:

I- Planejamento de ações que leve em conta os termos da adesão às diretrizes contidas no SINAES. Estas ações visam implementar melhorias no processo e (re)definir as melhores datas e formatos de aplicação dos instrumentos da Avaliação Institucional. O planejamento deve levar em conta as características da instituição e sua experiência avaliativa anterior.

II- Sensibilização - serão utilizados vários meios para se atingir o envolvimento da comunidade acadêmica na construção da proposta avaliativa, tais como, realização de campanhas publicitárias de sensibilização, seminários, palestras, folders, cartazes, publicações, site institucional, redes sociais e/ou outros. A sensibilização deve estar presente nos momentos iniciais e na continuidade das ações avaliativas, pois sempre haverá sujeitos novos iniciando sua participação no processo.

2.1.2 Etapa de desenvolvimento

Esta etapa tem como objetivo a concretização das atividades que foram programadas no projeto de Autoavaliação.

Estão presentes as seguintes ações:

- Realização de reuniões e/ou debates de sensibilização;
- criação de campanhas de comunicação e marketing quanto aos processos de autoavaliação institucional para conscientização e sensibilização da comunidade acadêmica;
- realização de encontros, seminários e/ou dentre outros, para apresentação das diretrizes do SINAES e do Projeto de Autoavaliação da Faculdade, discussões internas e apresentação das sistematizações de resultados e outros;
- composição dos grupos de trabalho;
- revisão e reestruturação dos instrumentos para a coleta de dados (questionários e outros);
- definição da metodologia de análise e interpretação dos dados;
- definição das condições materiais e humanas para o desenvolvimento do trabalho: espaço físico, recursos humanos, materiais e outros;

- definição de formato dos relatórios de Autoavaliação (parciais e integral);
- definição de reuniões sistemáticas de trabalho;
- elaboração dos relatórios parciais e integral, incluindo o relato institucional; e
- organização e discussão dos resultados com a comunidade acadêmica.

2.1.3 Etapa de consolidação do processo e programação de redirecionamento

O objetivo desta etapa é o de elaborar, analisar e divulgar o relatório integral. Contempla também a realização de um balanço crítico do processo avaliativo (meta-avaliação) e de seus resultados em termos da melhoria da qualidade da instituição.

As ações previstas nesta etapa são:

- Organização das discussões dos resultados pela comunidade acadêmica;
- elaboração de um relatório integral que expresse os resultados das discussões, análise e interpretação dos dados;
- divulgação para a comunidade acadêmica dos resultados obtidos; e
- planejamento da aplicação dos resultados visando ao saneamento das deficiências encontradas.

3. DETALHAMENTO DA AVALIAÇÃO DAS DIMENSÕES

Serão avaliadas as 10 (dez) dimensões previstas no SINAES, agrupadas em 5 (cinco) eixos, a saber:

Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional:

- **Relato Institucional;** e
- **8ª dimensão:** Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da Autoavaliação Institucional.

Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional:

- **1ª Dimensão:** A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); e
- **3ª Dimensão:** A responsabilidade social.

Eixo 3 - Políticas Acadêmicas:

- **2ª Dimensão:** A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão;

- **4ª Dimensão:** A comunicação com a sociedade; e
- **9ª Dimensão:** Políticas de atendimento aos estudantes

Eixo 4 - Política de Gestão:

- **5ª Dimensão:** As políticas de pessoal;
- **6ª Dimensão:** Organização e gestão; e
- **10ª Dimensão:** Sustentabilidade financeira

Eixo 5 - Infraestrutura:

- **7ª Dimensão:** Infraestrutura física.

O Corpo Docente, os Tutores, o Corpo Discente, os Egressos e o Corpo Técnico-Administrativo do IMEPAC identificarão aspectos positivos e negativos em relação a cada dimensão avaliada. A partir da identificação destes aspectos, será possível desenvolver políticas institucionais para neutralizar ou superar os aspectos negativos e para intensificar o investimento nos aspectos positivos, maximizando-se o que existe de melhor na Instituição.

A coordenação geral dos trabalhos de Avaliação Institucional caberá à Comissão Própria de Avaliação (CPA). Todavia, como são diversos os aspectos a serem avaliados, os setores próprios do IMEPAC serão responsáveis pela prestação de informações e pela fidedignidade das mesmas.

3.1 EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Este eixo tem como foco:

a) O Relato Institucional: demonstração da evolução institucional em relação aos processos de Planejamento e de Avaliação Institucional. Nele deve constar: síntese da avaliação do PDI; síntese histórica da Autoavaliação Institucional da Faculdade; síntese histórica do planejamento e das ações acadêmico-administrativas decorrentes dos resultados das avaliações; e evolução histórica da Avaliação Institucional na Instituição.

b) A Dimensão 8: planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da Autoavaliação Institucional.

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão

- Adequação e efetividade do planejamento geral da instituição e sua relação com o projeto pedagógico institucional e com os projetos pedagógicos dos cursos.
- Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas.
- O planejamento incorpora ações para a melhoria contínua da IES? Existe relação entre a autoavaliação e o planejamento?
- O processo de autoavaliação permitiu gerar juízos críticos sobre a IES?
- Houve discussão dos resultados, dos relatórios, com a comunidade?
- Houve ações e mudanças imediatas como resultado do processo de autoavaliação?
- Houve divulgação interna do processo e dos resultados da avaliação interna?

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Projeto de Desenvolvimento Institucional;
- Projeto Pedagógico dos Cursos;
- Relatórios Parciais de Autoavaliação;
- Relatórios Integrais de Autoavaliação;
- ações decorrentes dos resultados da Autoavaliação;
- número de eventos de difusão dos processos de Autoavaliação.

Setor(es) Responsável(eis): CPA, órgãos da administração e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações programadas para levantamento dos dados desta dimensão:

- Reuniões técnicas do setor de planejamento com os outros setores da IES para análise do PDI, das propostas pedagógicas dos cursos e sua coerência com o projeto de avaliação da Faculdade;
- análise documental;
- atualização e aplicação de questionário de Autoavaliação, contemplando as 10 (dez) dimensões do SINAES, a ser respondido pela comunidade acadêmica;
- consolidação e análise dos resultados dos questionários aplicados;
- levantamento de dados das avaliações anteriores que foram incorporados ao planejamento;
- verificação da execução das ações planejadas de todas as dimensões;
- divulgação interna do processo de avaliação já realizado e de seus resultados;

- discussão dos resultados da Autoavaliação com a comunidade acadêmica;
- produção de Relatórios Parciais e Integral;
- construção de metas e ações a partir dos resultados obtidos por meio do plano de melhorias a partir dos processos avaliativos;
- inserção dos Relatórios Parciais e Final no sistema e-MEC, até 31 de março de todos os anos.
- Meta-avaliação.

3.2 EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Dimensão 1: A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

- Finalidades, objetivos e compromissos da instituição, explicitados em documentos oficiais;
- concretização das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da instituição, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades;
- características básicas do PDI e suas relações com o contexto social e econômico em que a instituição está inserida;
- articulação entre o PDI e os PPC's no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa (investigação científica), extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Projeto Pedagógico dos Cursos;
- efetiva utilização do PDI como referência para programas e projetos desenvolvidos na instituição;
- avaliação e atualização do PDI (realização de reuniões, consultas);
- descrição do perfil de egressos (conhecimentos e competências que devem adquirir durante a sua permanência na IES).

Setor(es) Responsável(eis): CPA, órgãos da administração, coordenação de ensino e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

- Análise documental;
- Reuniões, encontros e/ou seminários para discussão do PDI e dos PPCs, incluindo uma análise crítica destes documentos, de sua relação com a realidade institucional e com a dinâmica de construção dos PPCs;
- criação de instrumento avaliador do egresso conforme suas competências e habilidades relativas ao curso;
- grupos focais (para discussão sobre os documentos e sua prática em todos os níveis e setores);

Dimensão 3: A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

- Transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impactos das atividades técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional;
- natureza das relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis;
- ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa, etc.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Critérios que a instituição utiliza para a abertura de cursos;
- caracterização e pertinência das atividades da IES nas áreas de educação, saúde, lazer, cultura, cidadania, solidariedade, organizações econômicas e sociais, meio ambiente, patrimônio cultural, planejamento urbano, desenvolvimento econômico, entre outras;
- descrição e sistematização das atividades relacionadas com cooperativas, ongs, centros de saúde, escolas, clubes, sindicatos, partidos políticos ou outras;
- evidências da vinculação dessas atividades com o desenvolvimento das finalidades da instituição;

- dados sobre bolsas, descontos e outras evidências de políticas institucionais de inclusão de estudantes em situação econômica desfavorecida;
- lista de estudantes/docentes/técnico-administrativos com deficiência(s), estratégias pedagógico-didáticas empregadas;
- convênios e acordos com outras instituições públicas e privadas, organizações profissionais e empresariais, associações, centros assistenciais.

Setor(es) Responsável(eis): CPA, órgãos da administração e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

- Levantamento das medidas e meios de defesa do meio ambiente, da memória cultural e da produção artística;
- levantamento dos programas e ações desenvolvidas pela IES e reflexo destas ações na sociedade por meio de técnicas e instrumentos variados (questionários, dados oficiais, entrevistas, etc);
- levantamento de medidas, procedimento e estratégias para a inclusão social dos alunos;
- análise documental.

EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS

Dimensão 2: A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

A. ENSINO

- Concepção de currículo e organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino-aprendizagem e avaliação da aprendizagem) de acordo com os fins da instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área;
- práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e utilização de processos participativos de construção do conhecimento;

- pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais etc.) e as necessidades individuais;
- práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino.

B. PESQUISA: Investigação Científica

Este item será cumprido sob a forma de iniciação científica, norteado e amparado por programa específico (PRO-IC).

Por Iniciação Científica entende-se a formação do aluno em componente curricular/disciplina que aborda os princípios da Metodologia Científica e da elaboração de trabalhos acadêmicos que atendam a essa metodologia. Exemplificativamente, pelo desenvolvimento das atividades práticas e científicas da Unidade Curricular Projeto Integrador, constante ao longo dos períodos dos diversos cursos, inclusive da EaD, ainda, por meio da utilização da Metodologia da Problematização com o Arco de Maguerez, que oportuniza e dimensiona a experiência teórico-prática da referida investigação científica. Além das linhas de ação em pesquisa estabelecidas no PRO-IC. Dentre outras.

Pretende-se com isso dar oportunidade ao aluno de conhecer a linguagem científica e de produzir trabalhos de cunho também, científico.

Assim, em todas as Unidades Curriculares, os professores poderão e deverão incentivar e até mesmo exigir, que os alunos apliquem os fundamentos da metodologia científica no planejamento e elaboração de trabalhos acadêmicos, inclusive, através do PRO-IC.

C. EXTENSÃO

- Concepção de extensão e de intervenção social afirmada no PDI;
- articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa (investigação científica) e com as necessidades e demandas do entorno social: nivelamento acadêmico;
- projetos de extensão de caráter social;
- participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação.

D. PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU (*lato sensu*)

- Políticas institucionais para criação, expansão e manutenção da pós-graduação *lato sensu*.

Documentação, dados, indicadores e pessoal envolvido na avaliação desta dimensão:

- Currículos e programas de estudos;
- mecanismos, acordos e conclusões da revisão, atualização e renovações dos currículos e programas de estudo;
- responsáveis pelas ações de atualização dos documentos da IES;
- sistematização das atividades de extensão (programas, descrição de atividades, número de estudantes participantes);
- acompanhamento e avaliação do impacto das atividades de extensão;
- convênios e acordos com outras instituições públicas e privadas, organizações profissionais e empresariais, associações, centros assistenciais;
- indicadores de atuação profissional dos egressos;
- indicador de publicações (livros e capítulos de livros, artigos publicados em revistas científicas indexadas, trabalhos publicados em anais, propriedade intelectual, publicações eletrônicas).

Setor(es) Responsável(eis): CPA, coordenação pedagógica e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

- Análise documental;
- reuniões para discussão da produção acadêmica que devem incluir:
 - análise qualitativa e quantitativa das atividades de extensão da Faculdade;
 - análise dos currículos em face do perfil do egresso pretendido;
 - levantamento das práticas pedagógicas e de sua adequação a cada curso ou área.

Dimensão 4: A comunicação com a sociedade

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

- Estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa;
- ações de apoio às Escolas, Hospitais e Órgãos Públicos da região com o objetivo de legitimar a função social da Faculdade diante das necessidades da comunidade;
- imagem pública da Instituição nos meios de Comunicação Social.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Meios e canais de comunicação utilizados para tornar públicas as atividades da instituição na comunidade externa;
- regimentos e manuais de circulação interna informando sobre procedimentos;
- folhetos e jornais para divulgação interna, existência de sítios-*web* de divulgação;
- guias acadêmicos que contenha informações sobre Projeto Pedagógico do Curso, disciplinas, horários de funcionamento e outros;
- questionários destinados aos membros dos diversos segmentos da instituição avaliando a efetividade da comunicação e a circulação das informações na instituição;
- questionários para os estudantes, docentes e técnico-administrativos indagando e avaliando as estratégias mais eficazes e os problemas na circulação das informações;
- procedimentos de recepção de sugestões e procedimentos de resposta.

Setor(es) Responsável(eis): CPA, órgãos da administração e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

- Análise documental;
- reuniões, encontros, seminários e/ou questionário diagnóstico para identificação das políticas e ferramentas de comunicação existentes e utilizadas e das ações de comunicação desenvolvidas;
- levantamento dos meios e canais utilizados na comunicação interna e externa;
- avaliação das publicações (revistas, boletins, panfletos, etc.).

Dimensão 9: Política de atendimento aos estudantes

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

- Atuação do Núcleo de Acessibilidade e Atendimento Psicopedagógico para atendimento dos alunos com dificuldades de aprendizagem, acompanhamento ao Professor com orientações didático-pedagógicas, acompanhamento de Egressos com orientações para a sua formação continuada, etc;
- políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência) e sua relação com as políticas públicas e com o contexto social;

- políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, monitoria), investigação científica, extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil;
- mecanismos/sistemáticas de estudos e análises dos dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor/aluno e outros estudos tendo em vista a melhoria das atividades educativas.

EGRESSOS

- Inserção profissional dos egressos;
- orientações sobre formação continuada;
- participação dos egressos na vida da Instituição.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Pesquisas, enquetes ou estudos sobre os egressos e/ou empregadores dos mesmos;
- dados sobre a ocupação dos egressos;
- evidências de atividades de formação continuada para os egressos.
- número de candidatos;
- número de ingressantes;
- número de estudantes matriculados por curso;
- número de estudantes com financiamentos, bolsas de estudo ou descontos;
- número médio de estudantes por turma;
- número de eventos realizados;
- número de participações em eventos;
- número de trabalhos de estudantes publicados.

Setor (es) Responsável (eis): CPA, órgãos da administração, coordenação de ensino e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

- Análise documental;
- levantamento de dados na secretaria;
- levantamento das formas de participação efetiva dos estudantes em estágios, monitorias, Investigação científica, extensão, Avaliação Institucional e atividades de intercâmbio;
- ampliação de instrumentos para acompanhamento dos egressos;

- cadastramento e atualização de dados dos egressos para efetiva comunicação entre a Faculdade e os mesmos;
- estabelecimento de formas de intercâmbio entre os egressos e o curso e entre o curso e as empresas que receberam os egressos;

EIXO 4 – POLÍTICA DE GESTÃO

Dimensão 5: As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

- Planos de carreira regulamentados para docentes e funcionários técnico-administrativos;
- clima institucional, relações interpessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

A. DOCENTES

- Número de docentes doutores, mestres e especialistas com respectivos regimes de trabalho;
- experiência profissional no magistério superior;
- experiência profissional fora do magistério superior;
- formação didático-pedagógica;
- número de publicações por docente;
- critérios de ingresso na instituição e de progressão na carreira;
- produção acadêmica dos docentes;
- grau de envolvimento com a pós-graduação;
- grau de envolvimento com a extensão.

B. TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Os Dados:

- Número de funcionários técnico-administrativos;
- escolaridade dos funcionários técnico-administrativos;

- experiência profissional;
- critérios de ingresso na instituição;
- políticas de capacitação.

Setor(es) Responsável(eis): CPA, órgãos da administração, coordenação de ensino e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

- Análise documental;
- levantamento de indicadores e de dados;
- reuniões para identificação das políticas existentes e utilizadas de formação, aperfeiçoamento e capacitação do corpo docente e do corpo técnico-administrativo.

Dimensão 6: Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

- Funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados;
- existência de procedimentos para a tomada de decisões institucionais em relação às finalidades educativas;
- uso da gestão e tomadas de decisão institucionais em relação às finalidades educativas;
- uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções;
- comunicação e circulação da informação (privativa da gestão geral ou fluida em todos níveis).

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Atas dos órgãos colegiados;
- regulamentos internos, normas acadêmicas, regimentos da instituição;
- funcionamento do sistema de registro acadêmico;
- funcionamento do sistema e recursos de informação;
- mecanismos de controle de normas acadêmicas;
- organogramas;

- regimento.

Setor (es) Responsável (eis): CPA, órgãos da administração, coordenação de ensino e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

- Análise documental de organograma, de regulamentos internos e de outros instrumentos normativos da IES;
- verificação dos recursos de informação instalados e disponibilizados para a comunidade acadêmica;
- análise da adequação do(s) organograma(s) utilizados em função do fluxo e do andamento das atividades da faculdade.

Dimensão 10: Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da Educação Superior.

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

- Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos;
- políticas direcionadas à aplicação de recursos para Programas de Ensino, Investigação Científica e Extensão.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Planilha financeira que compõe o PDI;
- tabela de cursos oferecidos pela IES.

Indicadores:

- Relação orçamento/gastos (semestral e anual);
- relação ingressantes/concluintes;
- relação Docentes em capacitação/Docentes capacitados (em nível de Pós-graduação: Especialização, Mestrado e Doutorado);
- relação dos Técnico-administrativos em capacitação (capacitados em nível de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado).

Setor(es) Responsável(eis): CPA, órgãos da administração e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

- Avaliação da situação da IES quanto a sua sustentabilidade financeira;
- levantamento dos pontos fortes e fracos que podem garantir ou ameaçar a sustentabilidade financeira;
- análise dos questionários para identificação das debilidades e das fortalezas.

EIXO 5 – INFRAESTRUTURA:

Dimensão 7: Dimensão Avaliada: Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

- Adequação da infraestrutura da instituição (salas de aula, biblioteca, laboratórios, áreas de lazer, equipamentos de informática, rede de informações e outros) em função das atividades de ensino e extensão;
- políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins;
- utilização da infraestrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras;
- número de laboratórios e adequação para as necessidades da instituição em relação aos cursos e a quantidade dos estudantes;
- estado de conservação dos laboratórios e bibliotecas e as carências mais relevantes;
- adequação dos equipamentos dos laboratórios em quantidade e qualidade;
- características dos laboratórios e bibliotecas quanto à iluminação, refrigeração, acústica, ventilação, mobiliário e limpeza;
- número de postos na biblioteca e salas de leitura e adequação quanto às necessidades dos usuários;
- adequação dos horários e calendário da biblioteca quanto às necessidades dos estudantes nos turnos oferecidos pela IES (diurno e noturno);
- quantidade e qualidade dos equipamentos da biblioteca;
- disponibilidade dos materiais em relação à demanda;
- disponibilidade da bibliografia básica ou complementar em relação à demanda;

- grau de satisfação dos usuários com relação ao sistema de acesso aos materiais e a sua consulta;
- satisfação dos usuários com a quantidade, qualidade e acessibilidade da bibliografia;
- satisfação dos estudantes com os laboratórios e as bibliotecas da IES;
- procedimentos para adquirir, manter, revisar e atualizar as instalações e recursos necessários;
- suficiência da infraestrutura, as instalações e os recursos educativos;
- adequação das instalações para as pessoas com deficiências;
- descrição dos locais de convívio disponíveis aos discentes, docentes e funcionários técnico-administrativos.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- plantas e croquis do prédio e outras áreas usadas;
- número de salas de aula;
- número de instalações administrativas;
- número e condições das salas de docentes;
- número e condições das salas de reuniões;
- número e condições dos gabinetes de trabalho;
- número e condições das salas de conferência/auditórios;
- número e condições das instalações sanitárias;
- existência de áreas de convivência;
- acessos para pessoa com deficiência;
- número de equipamentos (informática, laboratórios, apoio administrativo);
- acesso a bases de dados e bibliotecas virtuais;
- número de livros, periódicos e títulos em geral;
- número e condições de laboratórios de informática;
- número de equipamentos informáticos e condições de uso e acesso pelos estudantes;
- número e condições de laboratórios específicos;
- descrição do plano de segurança, proteção de riscos e proteção ambiental;
- questionários de satisfação dos usuários sobre as instalações em geral e especialmente sobre a biblioteca, laboratórios e equipamentos informáticos.

Setor(es) Responsável(eis): CPA, órgãos da administração, coordenação de ensino e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

- Análise documental;
- Reuniões técnicas setoriais para levantamento da infraestrutura física e tecnológica existente e análise para a identificação de sua adequação à estrutura de oferta;
- atualização e aplicação de questionário de avaliação para esta dimensão a ser respondido pela comunidade acadêmica, incluindo egressos da Faculdade;
- Análise dos questionários para identificação das debilidades e das fortalezas.

4. AVALIAÇÃO EXTERNA

A avaliação externa, realizada por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e nos relatórios de autoavaliação. O processo de avaliação externa, independentemente de sua abordagem, orienta-se por uma visão multidimensional que busca integrar sua natureza formativa e de regulação numa perspectiva de globalidade.

Segundo o SINAES, a avaliação externa será feita pelo Ministério da Educação, por intermédio do INEP.

Compõe-se de duas etapas:

- 1ª - a visita dos avaliadores à instituição;
- 2ª - a elaboração do relatório de avaliação institucional.

Na primeira etapa, depois de terem apreciado o relatório de autoavaliação, antecipadamente disponibilizado, os avaliadores externos deverão manter interlocução com os dirigentes, os corpos docente, tutor, discente e técnico-administrativo com o objetivo de conhecer, em maior profundidade, como são desenvolvidas as atividades da IES. A comissão de avaliadores também terá acesso aos documentos e às instalações da instituição, a fim de obter informações adicionais que considerem necessárias para que o processo seja o mais completo possível.

Na segunda etapa, a comissão de avaliadores elabora o relatório de avaliação institucional, tendo por base o relatório de autoavaliação, os documentos da instituição, as informações advindas dos diversos processos avaliativos (ENADE e Avaliação de Cursos), as consultas desenvolvidas pelo MEC (Censo, Cadastros, Relatórios CAPES), a realização de entrevistas e as demais tarefas desenvolvidas durante a visita.

Os resultados do processo de avaliação da instituição, envolvendo autoavaliação e avaliação externa, expressos nesse relatório, serão encaminhados à CONAES para a elaboração de seu parecer conclusivo. Esse parecer, encaminhado para órgãos competentes, será a base para subsidiar a melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento de políticas internas da IES, bem como para a implantação ou manutenção de políticas públicas relacionadas à regulação do sistema de educação superior do país. A Lei n.º 10.861/2004 prevê, para os resultados considerados insatisfatórios, a celebração de um Protocolo de Compromisso entre o MEC e a respectiva instituição.” (Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior. INEP, 2004)

Segundo essa dinâmica, a soma da autoavaliação e da avaliação externa constitui a avaliação institucional que será implementada pelo MEC/INEP. O trabalho conjunto entre a IES e o MEC é que poderá trazer elementos de melhoria para a Instituição e subsídios para as políticas públicas voltadas à educação superior.

5. UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS NAS AVALIAÇÕES

Os resultados da Avaliação Institucional interna (Autoavaliação) e da Avaliação *in loco* deverão ser amplamente divulgados na comunidade acadêmica como continuidade do processo da Avaliação Institucional, deverão também oportunizar a apresentação pública e a discussão dos resultados alcançados nas etapas anteriores. Para tanto, deverão ser utilizados diversos meios, tais como: reuniões, documentos informativos impressos e/ou eletrônicos, seminários e/ou outros. A divulgação deve propiciar também oportunidades para que as ações concretas oriundas dos resultados do processo avaliativo sejam tornadas públicas à comunidade interna.

É necessário que haja clareza na comunicação das informações e caráter analítico e interpretativo dos resultados obtidos, considerando a diversidade de leitores. Além disso, é importante que o relatório apresente sugestões para ações de natureza administrativa, política, pedagógica a serem implementadas.

Visando à continuidade do processo avaliativo, ao final deste é importante uma análise das estratégias utilizadas, das dificuldades e dos avanços apresentados, o que permitirá planejar ações futuras. Assim o processo de Autoavaliação proporcionará o autoconhecimento institucional, o que em si é de grande valor para a IES, e será um balizador da avaliação externa prevista no SINAES como a próxima etapa da Avaliação Institucional.

5.1 Divulgação dos relatórios

Com base nos dados levantados, a divulgação dos resultados ocorrerá por meio de relatórios parciais e de um relatório integral ao término de cada ciclo avaliativo. Esses relatórios serão apresentados à comunidade interna e à comunidade externa. Dessa forma, a Instituição se apresentará à sociedade, com consciência e responsabilidade. Tornará explícita a sua atuação no exercício da função social que exerce.

5.2 Reorientação das ações institucionais

Para que a avaliação produza resultados úteis, faz-se necessário desencadear ações pró-ativas. Para tanto, deve-se discutir com os diversos segmentos institucionais quais as estratégias e procedimentos que podem ser adotados para se alcançar a melhor qualidade preconizada no Plano de Desenvolvimento Institucional da própria Instituição.

5.3 Meta-Avaliação

Logo após a concretização das etapas previstas na Autoavaliação da Faculdade, incluindo a apreciação pelos órgãos competentes, a Comissão Própria de Avaliação desenvolverá um plano de continuidade do trabalho de avaliação. Dessa forma, o programa de avaliação do IMEPAC prevê também, a avaliação da própria avaliação, a meta-avaliação, como recurso dinâmico e de realimentação do processo. É uma etapa de autocrítica onde os aspectos metodológicos e instrumentais do processo avaliativo são submetidos a um criterioso julgamento, para determinar se a sua eficiência, eficácia e efetividade permitem sua reutilização ou se devem ser repensados, no todo ou em parte.

A meta-avaliação será realizada através de seminários/encontro e reflexões, ao final de cada ciclo avaliativo, que apontem para a utilidade, a exatidão, a viabilidade e a propriedade dos métodos e instrumentos utilizados.

6. CONCLUSÃO

A atividade de avaliar sempre foi uma questão polêmica no ambiente escolar. Os participantes de um processo qualquer de avaliação se transformam ao se verem induzidos a recompor seus esquemas padronizados de análise de alguma coisa pressionados pelas evidências e desenvolvem suas capacidades de julgar.

Portanto, constituir a avaliação institucional em prática rotineira, sistêmica, participativa, holística, cíclica e ética é, pelo menos para os membros da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos - IMEPAC, um significativo desafio. O presente projeto busca constituir-se progressivamente num ponto de inflexão institucional, que visa avançar na construção e no compartilhamento do autoconhecimento acerca da nossa realidade, buscando transformá-la, para benefício de todos que por ela são impactados.

Nesse contexto, cabe destacar que, como elemento unificador das informações e dados institucionais, ainda, como identificador das potencialidades e deficiências resultantes da atuação das mais distintas unidades acadêmicas e administrativas que compõem a instituição, a autoavaliação deverá ser norteadora da gestão, do planejamento, como também, da ação dos demais atores institucionais, por configurar-se em um relevante manancial de significativos subsídios educacionais.

Como uma produção coletiva da Comissão Própria de Avaliação (CPA) constituída em cumprimento da Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004 e segundo as Diretrizes do SINAES, que vislumbra esse novo paradigma epistemológico da avaliação educacional, este projeto de Avaliação Institucional continuará a ser revisto, reelaborado, sempre no sentido de atualizá-lo e melhorá-lo.

Ultimamos fazendo menção ao célebre poeta brasileiro Tiago de Mello, que afirmou: *quem sabe onde quer chegar, encontra o caminho certo e o jeito de caminhar.*

7. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DA AUTOAVALIAÇÃO - CICLO 2015/2017

- **Até Julho 2018:** Construção da versão preliminar do Relatório Parcial de 2018.
- **Março 2018:** Realização da Meta-Avaliação referente ao ciclo avaliativo 2015/2017 por meio de seminário.
- **Março 2018:** Inserção do Relatório Integral de Autoavaliação, ciclo 2015/2017, no sistema e-MEC.
- **Abril a julho 2018:** Revisão das questões a serem aplicadas na comunidade acadêmica. Sensibilização da Comunidade Acadêmica para a realização do ciclo avaliativo 2018/2020. Realização da Avaliação Docente/Tutor por Unidade Curricular 2018/1 - referente ao 1º semestre de 2018.
- **Agosto/setembro 2018:** Análise de documentos institucionais, incluindo o PDI, para levantamento de dados das dimensões, com ênfase no Eixo 1, proposto no Projeto de Autoavaliação.
- **Outubro a dezembro 2018:** Continuação da análise de documentos institucionais para levantamento de dados do Eixo 1. Revisão e conclusão do Relatório Parcial da AI 2018 (Ciclo 2018/2020). Realização da Avaliação Docente/Tutor por Unidade Curricular 2018/2 - referente ao 2º semestre de 2018.
- **Fevereiro a março 2019:** Sensibilização da Comunidade Acadêmica acerca da realização do ciclo avaliativo 2018/2020. Aplicação dos questionários on-line (questões objetivas e abertas) em toda comunidade acadêmica – Avaliação Institucional Geral (Diagnóstica). Revisão da redação do Relatório Parcial de 2018. Inserção do Relatório Parcial de 2018 no sistema e-MEC.
- **Até Julho 2019:** Consolidação das questões on-line respondidas pela comunidade. Análise e divulgação dos resultados da autoavaliação. Construção da versão preliminar do Relatório Parcial de 2019.
- **Abril a julho 2019:** Disponibilização dos resultados parciais à comunidade acadêmica, e discussão dos mesmos (em reuniões, encontros, etc.). Realização da Avaliação Docente/Tutor por Unidade Curricular 2019/1 - referente ao 1º semestre de 2019.

- **Setembro a novembro 2019:** Análise dos resultados levantados. Análise de documentos institucionais para levantamento de dados referentes às dimensões até o Eixo 5. Consolidação e análise dos dados levantados nas dimensões dos citados Eixos. Sensibilização da Comunidade Acadêmica acerca da realização do ciclo avaliativo 2018/2020. Realização da Avaliação Docente/Tutor por Unidade Curricular 2019/2 - referente ao 2º semestre de 2019.
- **Dezembro 2019:** Revisão e conclusão do Relatório Parcial da AI 2019 (Ciclo 2018/2020).
- **Março 2020:** Inserção do Relatório Parcial da AI 2019 (Ciclo 2018/2020) no sistema e-MEC.
- **Até Julho 2020:** Construção da versão do Relatório Integral do ciclo avaliativo 2018/2020.
- **Abril a julho 2020:** Sensibilização da Comunidade Acadêmica acerca da realização do ciclo avaliativo 2018/2020. Realização da Avaliação Docente/Tutor por Unidade Curricular 2020/1 - referente ao 1º semestre de 2020. Aplicação dos questionários on-line (questões objetivas e abertas) em toda comunidade acadêmica – Avaliação Institucional Geral (Conclusiva do Ciclo).
- **Agosto a novembro 2020:** Análise dos resultados levantados. Análise comparativa de dados referentes a 2018 e 2020 e sua consolidação para inclusão no Relatório Integral do ciclo avaliativo. Realização da Avaliação Docente/Tutor por Unidade Curricular 2020/2 - referente ao 2º semestre de 2020. Consolidação e análise das questões on-line respondidas pela comunidade acadêmica.
- **Novembro de 2020 a Março de 2021:** Complementação e Revisão do Relatório Integral – Ciclo 2018/2020 e sua apresentação à administração do IMEPAC. Divulgação dos resultados da autoavaliação à comunidade acadêmica. Realização da Meta-Avaliação.
- **Março 2021:** Inserção do Relatório Integral – Ciclo 2018/2020 no sistema e-MEC.

8. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ARRUDA, J. R. C. **Políticas e indicadores na educação superior**. Rio de Janeiro: Quallitymark/Dunya, 1997.
- BOTOMÉ, S. P. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- BRASIL. **Lei nº 9.394. 20 dez. 1996**. Encarte Extra-Classe 83 do SINPRO-MG, Belo Horizonte, maio 1997. 33p.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Secretaria da Educação Superior. **Avaliação Institucional das universidades brasileiras**. Brasília: SESU, 1994.
- BRASIL. **Decreto nº 3.860. 11 jul. 2001**. Regulamenta o Sistema Federal de Ensino. Legislação e Jurisprudência (apostila) das Edições Técnicas de Administração Universitária. In: CURSO DE REGISTRO ACADÊMICO. VII. Belo Horizonte: 2001, 215 p.
- DIAS SOBRINHO, J.; BALZAN, N. C. (Org.). **Avaliação Institucional: teoria e experiências**. São Paulo: Cortez, 1995.
- BRASIL, **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004.
- CARVALHO, Kécia Maria de. **Avaliação Institucional: regulação ou ferramenta de gestão acadêmica?** Dissertação de Mestrado, FEAD, Belo Horizonte, 2013.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Diretrizes para a Avaliação do Ensino Superior**. Brasília: MEC/Inep, 2004.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições**. Brasília: MEC/Inep, 2004.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Proposta de dimensões para avaliação de cursos superiores**. Brasília: INEP/MEC, 2001.
- JULIATTO, C. I. **A busca da excelência acadêmica nas instituições de ensino superior por meio da avaliação**. In: Revista Iglu, n.1. out. 1991.
- NAVAJAS, Ana Maria. **Avaliação Institucional: uma visão crítica**. São Paulo: Unimarco Editora: 1998.
- PETERSON, Marvim W. e MACHADO DE SOUZA, Eda L. B. (org.) **Avaliação institucional**. Brasília: Universidade de Brasília: 1999.
- SILVA JUNIOR, J. R. **Novas faces da educação superior no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.
- SINAES. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior brasileira**. Comissão Especial de Avaliação. Brasília: 2003.

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.

STARK, Joan S; MACHADO DE SOUZA, Eda L. B. (org.) e MACHADO DE SOUZA, Edson.

Avaliação em instituições de ensino superior. Brasília: Universidade de Brasília: 1998.

TRIGUEIRO, Michelangelo G. Santoro. **A Avaliação Institucional nas Universidades Brasileiras: Diagnóstico e Perspectivas**. In: REUNIÃO PLENÁRIA DO CRUB, 63. Fortaleza: 1998.

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA. **Programa de Avaliação Institucional da Universidade Metodista de Piracicaba**. Piracicaba, São Paulo: UIMEP, 2000.

VIANNA, H. M. **Avaliação educacional e o avaliador**. São Paulo: IBRASA, 2000.